



**PREÂMBULO PARTE A**

**EDITAL  
LICITAÇÃO**

**LICITAÇÃO N.º** 001/CPL/SEMUS/2023  
**PROCESSO N.º** 2020/020297  
**MODALIDADE:** PREGÃO ELETRÔNICO  
**JULGAMENTO:** MENOR VALOR GLOBAL  
**ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA:** R\$ 235.652,83  
**ORIGEM DOS RECURSOS:** 1500  
**PROGRAMA DE TRABALHO:** 04.31.01.10.122.5001  
**ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.90.39.69  
**ENTREGA DE ENVELOPES:** ATÉ DIA 07 DE FEVEREIRO DE 2023 AS 10:00 HORAS

**REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 07 DE FEVEREIRO DE 2023 AS 10:00 HORAS**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de Seguro Total (cobertura compreensiva), com assistência 24 horas para os veículos que compõe a frota da secretaria Municipal de Saúde e do SAMU-192 do Município de Nova Iguaçu, nos quantitativos e especificações técnicas estabelecidas Termo de Referência e seus anexos.

**AQUISIÇÃO DO EDITAL:** O Edital, com as especificações da referida licitação, encontra-se disponível no endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>, além de estar à disposição dos interessados à Rua Athaide Pimenta de Moraes, nº 528, Paço Municipal, na sala da CPL, no horário de 13:30 às 17:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, mediante entrega de 1 (uma) resma de papel A4 e identificação do interessado. O Edital também poderá ser obtido, gratuitamente, no site oficial da Prefeitura no endereço eletrônico [http://receita.novaiguacu.rj.gov.br:8484/pmnovaiguacu/websis/siapegov/materiais/sup/sup\\_consulta\\_licitacoes.php](http://receita.novaiguacu.rj.gov.br:8484/pmnovaiguacu/websis/siapegov/materiais/sup/sup_consulta_licitacoes.php). Informações referentes ao certame poderão ser obtidas por meio do telefone (21) 3773-3037 ou e-mail: [semus.cpl@novaiguacu.rj.gov.br](mailto:semus.cpl@novaiguacu.rj.gov.br).

**SECRETARIA REQUISITANTE: SEMUS – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, situada a Avenida Antonio Wilman, 230, Bairro Moquetá, Nova Iguaçu/RJ, Cep.: 26.215-020, e-mail [semus.cpl@novaiguacu.rj.gov.br](mailto:semus.cpl@novaiguacu.rj.gov.br), Tel.: (21) 3773-3037.

**PRAZO PARA EXECUÇÃO:** Será de 12 meses a contar da assinatura do contrato.

Este Edital está dividido nas partes A, B e anexos abaixo descritos:

<b>Parte A</b>	-	Informações específicas sobre o Edital;
<b>Parte B</b>	-	Procedimentos da licitação;
<b>Anexo I</b>	-	Formulário Oficial de Proposta;
<b>Anexo II</b>	-	Modelo de Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação;
<b>Anexo III</b>	-	Modelo de Declaração;
<b>Anexo IV</b>	-	Modelo de carta de Credenciamento;
<b>Anexo V</b>	-	Declaração de beneficiária da Lei Complementar 123/2006;
<b>Anexo VI</b>	-	Minuta de Contrato;
<b>Anexo VII</b>	-	Termo de Referência;

**Davidson Pereira Lugão**  
**Pregoeiro CPL/SEMUS**



**PARTE B**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

O Município de Nova Iguaçu, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, mediante Pregoeiro **DAVIDSON PEREIRA LUGÃO** e equipe de apoio **RAMON TRENTIN DOS REIS e AMANDA DE SOUZA AZEVEDO** designados pela **PORTARIA Nº 12.854 de 19 de julho de 2022** publicada no Diário Oficial do Município em 20 de julho de 2022, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando a licitação nº **001/CPL/SEMUS/2023** na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, critério de julgamento **MENOR VALOR GLOBAL**, de conformidade com as disposições da Lei 10.520 de 2002, do Decreto Federal nº 10.024 de 2019, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e, subsidiariamente, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, assim como do Decreto Municipal 6.594 de 2002, do Decreto Municipal nº 10.662 de 2016, do Decreto Municipal 10.696 de 2016 e Decreto Municipal nº 11.250 de 2018, bem como das condições a seguir estabelecidas.

**1 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO**

1.1 - A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo utilizado o Sistema COMPRASNET, disponibilizado e processado no endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>, mantido pelo Governo Federal, e regulamentado pelo Decreto Federal nº 10.024/19, a que as licitantes interessadas se submetem, devendo providenciar o seu credenciamento junto ao referido sistema, no sítio antes indicado, para obtenção da chave de identificação e da senha, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis antes da data determinada para a realização do Pregão Eletrônico.

1.2 - A sessão do presente pregão eletrônico será iniciada no **DIA 07 DE FEVEREIRO DE 2023 AS 10:00 HORAS**, no endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>, observando-se o modo de **disputa aberto**.

1.3 - No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

1.4 - Caso o Sistema do Pregão Eletrônico fique inacessível por problemas operacionais, exclusivamente do próprio sistema, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do pregão, o procedimento licitatório será suspenso e somente será retomado após a comunicação aos participantes no endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

1.5 - A desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances não prejudica o seu transcurso. Caso o sistema eletrônico permaneça acessível às licitantes para o oferecimento de lances, estes continuarão a ser recebidos, retornando o Pregoeiro, quando possível, à sua atuação na etapa de lances, sem prejuízo dos atos realizados.

1.6 - Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa, sendo reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após comunicação aos participantes no próprio endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

**2 - OBJETO**

2.1 – A presente licitação tem como objeto é a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de Seguro Total (cobertura abrangente), com assistência 24 horas para os veículos que compõe a frota da secretaria Municipal de Saúde e do SAMU-192 do Município de Nova Iguaçu, nos quantitativos e especificações técnicas estabelecidas Termo de Referência e seus anexos.

**3 – DA ESTIMATIVA DE PREÇO**

3.1. O preço global para a execução do objeto desta Licitação foi estimado pela Administração em **R\$ 235.652,83 (DUZENTOS E TRINTA E CINCO MIL SEISCENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E OITENTA E TRÊS CENTAVOS)**, conforme Anexo I.I – Estimativa Orçamentária, deste edital.

**4. IMPUGNAÇÕES E QUESTIONAMENTOS AO ATO CONVOCATÓRIO**



4.1 - As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas no Diário Oficial e no site oficial da Prefeitura e comunicadas aos interessados credenciados no sistema, por correio eletrônico, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

4.2 - Os questionamentos ao ato convocatório serão recebidos até 03 (três) dias úteis antes da abertura da sessão, devendo ser encaminhados ao seguinte correio eletrônico [semus.cpl@novaiguacu.rj.gov.br](mailto:semus.cpl@novaiguacu.rj.gov.br).

4.3 - Os questionamentos serão disponibilizados a todos os interessados, imediatamente, e serão respondidos pela Comissão de Licitação por escrito, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados credenciados no sistema.

4.4 – Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei, observado o prazo de pelo menos 03 (três) úteis de antecedência da data de abertura da sessão, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 02 (dois) dias úteis.

4.4.1 – As impugnações deverão ser remetidas ao seguinte correio eletrônico: [semus.cpl@novaiguacu.rj.gov.br](mailto:semus.cpl@novaiguacu.rj.gov.br).

4.4.2 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

4.5 - Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o 3º (terceiro) dia útil que anteceder a abertura da sessão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

## 5- PARTICIPAÇÃO

5.1. Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja credenciado junto ao Provedor do Sistema da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (<http://www.comprasgovernamentais.gov.br>), na forma do art. 9º, do Decreto Federal 10.024/19.

5.2. Para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

5.2.1. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado, ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações, declare, nos campos próprios, que inexistirá qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita o regulamento do sistema de compras eletrônicas relativo ao Pregão Eletrônico e que se responsabiliza pela origem e procedência dos serviços que cotar.

5.2.2. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

5.3 – Poderão participar do presente pregão eletrônico, as pessoas físicas ou jurídicas que atenderem a todas as exigências quanto à documentação constantes deste Edital e de seus Anexos.

5.4 - A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

5.5 - É vedada a participação de licitantes punidos com a sanção prescrita no inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/02, seja qual for o Órgão ou Entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.

5.6 - É vedada a participação de licitantes punidos pela Administração Municipal com a sanção prescrita no inciso III do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.



5.7 - Não será permitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

5.8 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham em seu quadro funcional servidor público lotado em órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

5.9 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham entre seus sócios qualquer pessoa ligada ao Prefeito, ao Vice-Prefeito, aos vereadores e aos servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio, ou parentesco afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção.

5.10 – Não poderão participar da presente licitação as pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

5.11 - Será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, obedecidas as seguintes regras:

5.11.1 - As empresas consorciadas apresentarão compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito por todas, no qual deverá estar indicada a empresa líder, como responsável principal perante o Município de Nova Iguaçu – Secretaria Municipal de Saúde/SEMUS, pelos atos praticados pelo consórcio, devendo constar expressamente do instrumento os poderes específicos para requerer, assumir compromissos, transigir, discordar, desistir, renunciar, receber e dar quitação, como também receber citação de Juízo.

5.11.2 - No consórcio de que participem empresas estrangeiras e brasileiras, a empresa líder deverá ser sempre brasileira.

5.11.3 - Cada um dos membros do consórcio deverá comprovar, individualmente, mediante a apresentação da documentação comprobatória, a sua Habilitação Jurídica, a sua Qualificação Técnica, a sua Qualificação Econômico-Financeira e a sua Regularidade Fiscal.

5.11.4 - As empresas consorciadas poderão somar os seus quantitativos técnicos e econômico-financeiros, estes últimos na proporção da respectiva participação no consórcio, para a finalidade de atingir os limites fixados para tal objetivo neste edital.

5.11.5 - As empresas consorciadas não poderão participar isoladamente da licitação, nem mediante a participação em qualquer outro consórcio.

5.11.6 - A responsabilidade das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas etapas da licitação e durante a vigência do contrato, será solidária.

5.11.7 - Deverá haver a constituição e o registro do consórcio antes da celebração do contrato.

5.12 - É vedada a participação de corretoras de seguro;

## **6 - CREDENCIAMENTO**

6.1 – Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do “Manual do Fornecedor”, disponibilizado no endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

6.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG – Sistema COMPRASNET.

6.3 – O referido credenciamento depende de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

6.4 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilização legal da licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes ao Pregão Eletrônico.



6.5 – É de exclusiva responsabilidade do licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não sendo cabível ao Provedor do Sistema ou ao (à) Secretaria Municipal de Saúde, promotor da presente licitação, responsabilidades por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.6 - A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

6.7 A licitante que se enquadre como microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa e que queira usufruir do tratamento privilegiado assegurado pela Lei Complementar Federal n.º 123/06, deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos no referido diploma legal, especialmente no seu artigo 3º, sob as penas da lei, em especial do artigo 299, do Código Penal.

6.8 - A falta da declaração de enquadramento da licitante nos termos do item 6.7 não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/06.

6.9 - A declaração falsa de enquadramento da licitante como microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa implicará a sua inabilitação quando a falsidade for constatada no curso do certame, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

6.10 - O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances oferecidos durante a sessão pública.

6.11 - Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

## **7 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PROPOSTA E DE HABILITAÇÃO**

7.1 - As propostas de preço e os documentos de habilitação deverão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, por intermédio do endereço <http://www.comprasgovernamentais.gov.br> até a abertura da sessão pública da presente licitação, devendo as licitantes, para formulá-las, manifestarem, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e que as respectivas propostas são adequadas ao previsto no Edital.

7.2. – O envio dos arquivos digitalizados compactados das propostas de preços e dos documentos de habilitação dar-se-á por meio de chave de acesso e senha.

7.3. - As licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas e documentos habilitatórios até a abertura da sessão pública da presente licitação.

## **8 - DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

8.1. - A efetiva participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da apresentação da documentação de habilitação e proposta de preços, por meio eletrônico mediante chave de acesso e senha, até o dia e o horário previsto no item 1.2.

8.2 - A proposta de preços, deverá:

- a) conter indicação do preço por item e total ofertado;
- b) conter preço final do objeto para cada item e o preço por item ofertado na presente licitação;
- c) estar datilografada/digitada e assinada por seu representante legal, devendo ser apostado o nome do signatário e sua qualidade na empresa;
- d) prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias a contar da data da entrega das propostas.

8.3- A Proposta de Preços poderá ser apresentada em arquivo eletrônico digitalizado do papel timbrado da licitante com todas especificações desde que esteja igual ao Formulário Oficial de Proposta.

8.4 - Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no ANEXO VII – Termo de Referência deste Edital serão desconsiderados.



8.5 - Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

- a) preço unitário e total para cada item em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;
- b) inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;
- c) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega das propostas;
- d) prazo de execução será de 12 meses a contar da assinatura do contrato e terá o prazo de até 30 dias para emitir a Apólice Securitária.

8.5.1 – Caso os valores da proposta apresentada contenham mais de duas casas decimais, será considerado apenas o valor constante nas duas primeiras casas, desconsiderando-se os demais.

8.6 – As propostas de preço serão conferidas pelo Pregoeiro, que poderá corrigir erros aritméticos nos cálculos e somatórios, observadas as seguintes condições:

I – onde houver discrepância entre os valores em algarismos e por extenso prevalecerão os valores por extenso

II – onde houver discrepância entre os preços parciais e o valor total prevalecerão os preços parciais, refazendo-se o somatório;

III – onde houver discrepância entre unitário e preço multiplicado pela quantidade prevalecerá o preço unitário;

IV – em se tratando de manifesto erro de digitação, como no caso de equívoco quanto às casas decimais, poderá o mesmo ser corrigido, independentemente dos critérios definidos acima;

V – em se tratando de omissão de um item de valor irrisório para o total cotado, poderá se considerar o mesmo incluído no preço total sem qualquer acréscimo.

8.6.1 – A correção dos preços nas condições previstas neste Edital poderá ser objeto de objeção pelo proponente, que, ao apresentá-la, ensejará a desclassificação da proposta.

8.7 – Serão desclassificadas, também, as propostas que apresentem uma das seguintes situações:

I – não estejam devidamente assinadas;

II – contenham reservas ou condições limitadoras à observância dos termos deste Edital e seus anexos;

III – contenham omissões em relação a dados exigidos por este edital imprescindíveis para a avaliação da melhor proposta, inclusive para confirmar sua viabilidade;

IV – apresente preço manifestamente inexecutável;

V – possuam preço global ou unitário acima do valor estimado para esta licitação;

VI – que apresentem preços irrisórios ou de valor zero incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, conforme previsto no § 3º do artigo 44 da Lei Federal 8.666 de 1993.

VII – não observar o disposto nos itens 7.1, 8.2 e 8.3 deste Edital.

8.7.1 – No caso do Pregoeiro considerar o preço de algum item ou do objeto inexecutável, concederá ao respectivo licitante o prazo de 02 (dois) dias úteis para que demonstre a viabilidade do proposto mediante documentação comprovando que os custos dos insumos de produção do item que pretende fornecer são coerentes com os de mercado ou que os coeficientes de produtividade são compatíveis com o fornecimento do objeto contratado.

8.8 – Não sendo assinado o contrato ou retirada a nota de empenho dentro do prazo de validade da proposta vencedora esta poderá ser prorrogada por até 30 (trinta) dias, se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

## **9 – ABERTURA DA SESSÃO, PROCEDIMENTOS DO PREGÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**





9.1 – No dia e horário previstos, o Pregoeiro dará início à sessão pública do pregão eletrônico com a abertura automática das propostas e a sua divulgação pelo sistema na forma de grade ordenatória em ordem crescente de preços.

9.1.1 – No caso de empate inicial, antes da fase de lances, entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no § 2º do art. 3º da Lei 8.666 de 1993, a classificação se fará, obrigatoriamente, por ordem de cadastramento no sistema, sendo dada preferência à proposta que primeiro tenha sido cadastrada.

9.2 – O Pregoeiro procederá à análise das propostas de preços, podendo desclassificar, de forma motivada, aquelas que não atendam aos requisitos dispostos no Edital e seus anexos.

9.3 - Após a análise das propostas de preço será divulgada nova grade ordenatória pelo sistema contendo a relação com as propostas classificadas e aquelas desclassificadas mediante decisão motivada do Pregoeiro.

9.4– O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da etapa de lances.

9.5– A etapa de lances será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico para os autores das propostas classificadas, observando-se o modo de disputa aberto.

9.6– Aberta a etapa de lances, as licitantes classificadas deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.

9.7– As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

9.8– Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último ofertado pela licitante e registrado no sistema.

9.9 – Os lances deverão ser ofertados em referência ao valor total, obedecido o critério de aceitabilidade de preço, constante no subitem 10.11 do edital.

9.10 – Será aceita a oferta de lance em valor superior ou no mesmo valor de lance anteriormente ofertado por outro licitante, sendo que, nesse último caso, prevalecerá, para fins de classificação, aquele oferecido em primeiro lugar.

9.11– Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.12 – O intervalo mínimo entre os lances ofertados, inclusive os intermediários, deverá ser de no mínimo **R\$ 0,10 (dez centavos)**.

9.13- Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

9.14 – No modo de disputa aberto a etapa de lances terá duração inicial de 10 (dez) minutos, sujeito a prorrogação automática sucessiva de 2 (dois) minutos caso existentes lances ofertados no período de 2 (dois) minutos anteriores ao encerramento da etapa.

9.15 - A etapa de lances será encerrada automaticamente pelo sistema após período de prorrogação automática.

9.16 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

## **10 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

10.1 – Para julgamento do presente Pregão será adotado como critério de julgamento o **MENOR VALOR GLOBAL**.



10.2 – Em caso de empate entre duas ou mais propostas após o encerramento da etapa de lances, ou caso inexistam lances, o critério de desempate será, em primeiro lugar, a preferência prevista no art. 44, da Lei Complementar n.º 123/06 e, em segundo lugar, a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93. Caso mantida a situação de empate, o sistema realizará sorteio para definição da melhor proposta.

10.3 – Entende-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelos licitantes sujeitos ao regime diferenciado disposto na Lei Complementar nº 123/06 sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada.

10.4 – Sendo verificada a ocorrência de empate entre licitante microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, sociedade cooperativa e outros licitantes, será assegurado como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123 de 2006.

10.5 – Para efeito do disposto no subitem 10.4, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

10.5.1 – O licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar n.º 123/06 melhor classificado, será convocado para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será o objeto adjudicado em seu favor.

10.5.2 – Não ocorrendo a contratação de licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar n.º 123/06 que se apresente na situação descrita no subitem 10.5.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no intervalo estabelecido no subitem 10.3, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito.

10.5.3 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelos licitantes sujeitos ao regime diferenciado disposto na Lei Complementar nº 123/06 que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 10.3 deste edital, será convocada para apresentar melhor oferta aquela que tenha tido o seu último lance recebido e registrado em primeiro lugar.

10.6 – Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem 10.4 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.7 – A condição prevista no subitem 10.4 deste Edital, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar n.º 123/06.

10.8 - Após o encerramento das etapas anteriores, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante mais bem classificada para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

10.9 – O Pregoeiro anunciará a licitante detentora da proposta ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação da proposta ou do lance de menor valor.

10.10 - A licitante deverá remeter a proposta de preços devidamente adequada aos preços ofertados na fase competitiva, assim como eventual documentação complementar, em arquivo único compactado, dentro do prazo de duas (02) horas a contar da solicitação do pregoeiro.

10.11 – O critério de aceitabilidade das propostas de preços pelo Município será o valor unitário e total da estimativa orçamentária, sendo desclassificada qualquer proposta de preços acima dos referidos critérios.

10.12- Encerradas as negociações e considerada aceitável a oferta de menor valor, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação observando as seguintes diretrizes:

- a) O Pregoeiro deverá efetuar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, de modo a não admitir a permanência, no certame, de licitante declarada suspensa de participar em licitações, impedida de contratar com a Administração ou declarada inidônea.





b) O Pregoeiro verificará o atendimento das condições de habilitação da licitante detentora da oferta de menor valor por meio da análise dos documentos enviados nos termos do item 7.1 ou por meio de consulta *on line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como apreciará a documentação complementar descrita no item 10.10 deste edital;

c) Caso os dados e informações existentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos no item 11.2 deste edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos que julgar adequados;

c.1) Essa verificação será registrada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos do processo administrativo respectivo os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;

d) O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública pelo prazo que fixar para a realização de diligências para confirmar a regularidade da licitante quanto às condições de habilitação, indicando desde logo a data e hora em que a sessão será reaberta.

e) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos equipamentos ou meios eletrônicos de consulta no momento da verificação a que se refere a alínea “b”. Na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.

10.13 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, a licitante será declarada vencedora do pregão e será convocada para subscrever o contrato/retirar a Nota de Empenho.

10.14 – Na hipótese de recusa em assinar o referido instrumento, poderá, a critério da Administração, ser aplicada a penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e de impedimento de contratar com o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas em edital e das demais cominações legais, conforme art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

10.15 – De acordo com o inciso XVI, do artigo 4º da Lei 10.520/02, se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço/ maior desconto e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, garantido ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente escolhido em atendimento ao inciso XVII, do art. 4º da Lei 10.520/02.

10.17 – Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada em que estarão registrados todos os atos e ocorrências do procedimento, a qual será disponibilizada para consulta no endereço eletrônico <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

## 11- HABILITAÇÃO

11.1– Encerrada a sessão pública, a licitante declarada vencedora deverá remeter, a Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS, a documentação de habilitação antes encaminhada por meio do Sistema COMPRASNET em via física, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do encerramento da sessão de julgamento.

11.1.1 – Não serão aceitos protocolos como substitutos de quaisquer das documentações exigidas neste Edital.

11.1.2 – Poderá a licitante apresentar **Certificado de Cadastro do Município de Nova Iguaçu**, não sendo necessária a apresentação dos documentos contidos no subitem 11.2, com exceção dos documentos com a validade expirada, os não contidos no certificado e os atestados de capacidades técnicas, sendo assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele contido.

11.1.3 - É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

11.2. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:



**I - Habilitação Jurídica:**

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações subsequentes, em vigor e atualizados, devidamente registrado no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de sociedade empresária, onde a empresa deverá comprovar que possui objeto social compatível com o licitado;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, deverão ser acompanhados de prova da diretoria em exercício e devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedade simples;
- c) Documentos, devidamente registrados no Registro Público das Empresas Mercantis, que indiquem os atuais administradores e/ou diretores das sociedades empresárias;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir;
- e) Atos constitutivos devidamente registrados no cartório competente, em se tratando de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI;
- f) Cédula de identidade e Certidão de matrícula no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresa individual.

**II – Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e à Previdência Social (ou positiva com efeito de negativa), expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União, ou outra equivalente;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, que consistirá em certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, na forma da lei;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, observadas as seguintes hipóteses e condições:

**I - Para todos os licitantes sediados no Município de Nova Iguaçu:**

- i) Certidão Negativa de Débitos Municipais; ou
- ii) Certidão Positiva com efeito de Negativa.

**II - Para os licitantes que não possuem qualquer inscrição, ainda que eventual, neste Município:**

- i) Certidão Negativa de Débitos Municipais ou Positiva com efeito de Negativa expedida pelo Município de sua sede.

**III – Para todos os licitantes que possuam inscrição, ainda que eventual, no cadastro imobiliário do Município de Nova Iguaçu:**

- i) Certidão Negativa de Débitos Municipais ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa do Município de Nova Iguaçu (antiga Certidão de Regularidade Fiscal); e conjuntamente,



ii) Certidão Negativa de Débitos Municipais ou Positiva com Efeitos de Negativa, expedida pelo Município de sua sede.

f) Certidão de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

g) Prova de regularidade Trabalhista através de apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da Certidão Positiva (com efeito de negativa) de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e a Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

### **III – Qualificação Econômico-Financeira:**

a) Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa. Para as empresas sediadas no Município do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º escritórios do Registro de Distribuição. As empresas sediadas em outras Comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar Certidão Negativa de Falências de todos os escritórios do Registro de Distribuição de sua jurisdição e declaração passada pelo fórum local ou Juízo distribuidor, indicando quantos cartórios ou escritórios de registros competem àquelas distribuições;

a.1) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que deverá vir acompanhado de demonstrativo assinado por representante legal do licitante e por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, comprovando possuir, até a data da abertura desta licitação, boa situação financeira, através dos índices financeiros e econômicos abaixo discriminados, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, discriminando ainda os índices, conforme abaixo:

• **Índice de Liquidez Geral (ILG)** igual ou maior que 1 (um), obtido com a aplicação da seguinte fórmula:

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

• **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** igual ou maior que 1 (um), obtido com a aplicação da seguinte fórmula:

$$ILC = AC / PC$$

**Onde:** AC é o ativo circulante; PC é o passivo circulante; RLP é o realizável a longo prazo; ELP é o exigível a longo prazo e AT é o ativo total.

**b1)** O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis do último exercício social exigidos no item anterior deverão ser assinados por contabilista habilitado para tal e pelo responsável pela licitante.

**b.2)** Na hipótese da licitante apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer um dos índices constantes da alínea “a”, a licitante poderá comprovar ter patrimônio líquido positivo mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

**b.3)** Entenda-se por “apresentado na forma da Lei”.

- As demonstrações Contábeis devem estar com o termo de abertura e de Encerramento devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial do estado, ou Cartório pertinente, com as respectivas folhas numeradas, ou seja, cópia fiel do livro Diário, autenticado. Em se tratando de empresas sujeitas à tributação do imposto de renda com base no lucro real que se enquadra na Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007, deverá apresentar a Escrituração Contábil Digital (ECD) transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital, por meio de Recibo de Entrega de Livro Digital;



- As empresas constituídas na forma de Sociedade Anônima poderão apresentar cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União, do Estado, ou Distrito Federal, conforme o Lugar em que esteja situada a empresa, ou em jornal de grande circulação;
- As Demonstrações Contábeis devem ser referentes a um exercício completo, exceto o Balanço de Abertura que será apresentado por Empresa constituída no exercício em curso;
- Até 30 de junho serão aceitas Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado. Após essa data, é obrigatória a apresentação das Demonstrações do último exercício encerrado;
- A apresentação das Demonstrações Contábeis é obrigatória para análise econômico – financeira de todas as empresas, independente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

b.4) As sociedades constituídas há menos de um ano poderão participar da licitação apresentando o balanço de abertura, assinado por contabilista habilitado e pelo representante da sociedade no lugar do documento previsto na alínea “b” acima.

#### **IV – Da Qualificação Técnica:**

a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de atestado (s) fornecido (s) por pessoa (s) física e/ou jurídica (s) de direito público ou privado;

b) Autorização de funcionamento da sociedade seguradora expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, nos termos dos artigos 74 a 78 do Decreto-Lei n.º 73, de 21/11/1966, e alterações posteriores.

#### **V – Das Declarações:**

a) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, em obediência à Lei nº 9.854/99, que deverá ser emitida junto à Delegacia Regional do Trabalho no Estado onde as licitantes tenham sede, ou Declaração que não emprega menor, conforme abaixo:

- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

b) Declaração, conforme modelo em anexo, que:

- Não possuímos nosso quadro funcional servidor público ou em nosso quadro funcional, servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art.119 da Lei Orgânica Municipal;
- Comprometemo-nos a garantir o prazo de validade dos preços e condições constantes da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da mesma;
- Asseguramos ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Não se encontra cumprindo nenhuma das penalidades previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 1993 e art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

11.2.1 – Nos casos em que a validade da certidão apresentada não estiver expressa no documento, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de emissão, sendo que a certidão de ICMS para Contribuinte terá validade de 180 (cento e oitenta) dias e para Não Contribuinte terá a validade de 12 (doze) meses.

11.3 – Na hipótese de cuidar-se de microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedades cooperativas que observem o art. 34, da Lei nº 11.488/2007, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.



11.3.1. Será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que a licitante for declarada vencedora do certame para a regularização da documentação, realizando o pagamento ou o parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de negativa. O prazo a que se refere este subitem poderá, a critério do Município de Nova Iguaçu, ser prorrogado por igual período, consoante artigo 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/14.

## 12 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 - Divulgada a vencedora, o Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão manifestar motivadamente a intenção de interpor recurso, desde que devidamente registrada a síntese de suas razões em campo próprio do sistema, no prazo nele estabelecido.

12.1.1 - A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

12.2 - Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedida o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso sendo endereçadas o Pregoeiro, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos

12.2.1 – As razões de recursos e das contrarrazões deverão ser enviadas por meio de campo próprio no sistema eletrônico.

12.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

12.4 - O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo, de acordo com art. 22, XXI do Decreto Municipal 6.594 de 2002.

12.5 - O Pregoeiro analisará o recurso para fins de reconsideração, fazendo subir à apreciação da autoridade superior em caso de manutenção da decisão.

12.6 - O acolhimento do recurso importará **a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.**

## 13 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 - A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.

13.1.1 - No caso de haver interposição de recurso, caberá a autoridade competente a adjudicação do objeto.

13.2 - A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

## 14 - PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

14.1 - O contrato proveniente desta contratação terá vigência por 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do Contrato, garantindo-se todas as coberturas previstas no Termo de Referência, podendo ser prorrogado e reajustável a critério das partes contratantes, nos termos do Art. 57, II da Lei 8.666/93;

14.2 - O objeto desta licitação será recebido pela efetiva entrega do objeto contratual, observada a seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;
- b) definitivamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.



14.3 – Assinado o termo contratual, a contratada terá o prazo máximo de até 30 dias para Emissão de Apólice, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração, nos termos dos Art. 57 e 65 da Lei 8.666/93;

## 15 – FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

15.1 - Homologada a licitação, o licitante vencedor será convocado para, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a assinar o contrato.

15.2 - Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato além das condicionantes estipuladas no Termo de Referência.

15.3 - O não comparecimento no prazo do item 16.1 ou a não comprovação das condições de habilitação acarretarão a perda da expectativa do direito de contratar, sem prejuízo da imputação das sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 6.594/02 e, subsidiariamente, nos artigos 81 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.4 - Na hipótese de não apresentação no prazo fixado no item 16.1 ou de não preenchimento das condições de habilitação conforme item 16.2, o Pregoeiro examinará as propostas subseqüentes, na ordem de classificação, até que haja a apuração de uma que atenda o edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

15.5 - Nas situações previstas no subitem anterior, o Pregoeiro deverá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

15.6 - Não sendo assinado o contrato dentro do prazo de validade da proposta vencedora, esta poderá ser prorrogada por igual período de dias, se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

## 16 – DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

16.1 - A fiscalização do cumprimento do objeto da presente licitação ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, conforme Art. 51 do Decreto Municipal nº 10.662/16.

16.2 - Os atos da fiscalização realizados pelo **MUNICÍPIO** não eximirão a empresa a ser **CONTRATADA** de qualquer responsabilidade decorrentes da execução do contrato.

16.3 - Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle no cumprimento do contrato a ser firmado, em especial quanto à quantidade e qualidade dos serviços executados, da segurança e dos deveres que envolvem a mão de obra, bem como das máquinas, dos materiais e dos equipamentos empregados, devendo fazer cumprir todas as disposições da lei em vigor, do presente Edital e seus anexos, e dos oriundo do Contrato.

16.4 - Verificada a ocorrência de irregularidade no cumprimento do contrato, o **MUNICÍPIO** adotará providências legais e contratuais cabíveis, inclusive a aplicação de penalidade quando for o caso.

## 17 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

17.1 - A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, sujeita a **licitante vencedora**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso;
- c) multa de 5% (cinco por cento) que incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da **CONTRATADA**;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo máximo de 02 (dois) anos.





- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “e”, observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520 de 2002.

17.1.1 - A imposição de multa até o valor de 250 UFINIG's é de competência do **Secretário(a) Municipal Titular da Pasta**, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência do **Prefeito Municipal**, segundo o § 5º do art. 51 do Decreto Municipal nº 10.662 de 2016.

17.1.2 - A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 10.662 de 2016.

17.1.3 - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação sendo o prazo ampliado para 10 (dez) dias na hipótese prevista na alínea “f” do caput deste item

17.1.4 - Cada uma das sanções previstas nas alíneas “a”, “e”, “f” do subitem 18.1 poderão ser aplicadas juntamente com as constantes na letra “b”, “c”, “d”.

17.1.5 - Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela **CONTRATADA** após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

17.1.6 - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

17.1.7 - A aplicação das sanções previstas neste item observarão o disposto no Decreto Municipal nº 10.662 de 2016.

17.1.8 - O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93.

17.1.9 – O não pagamento dos encargos trabalhistas, inclusive o recolhimento da contribuição ao FGTS, da mão de obra vinculada a execução do objeto contratado configura falta grave que poderá ensejar a cominação da sanções mencionadas no item 18.1, especialmente a suspensão do direito de contratar com a Administração e a declaração de inidoneidade.

## 18 – RESCISÃO

18.1 - A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

## 19 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

19.1 - O **MUNICÍPIO** fará o pagamento referente a prestação do serviço, por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA** e aceita pelo Município.

19.2 - Para fins de pagamento, será considerado o valor do prêmio devido a seguradora em razão da cobertura securitária dos veículos relacionados no Termo de Referência, e de acordo com os termos disposto no Edital

19.3 - Não serão considerados efetivamente contemplados os produtos/serviços que esteja em desacordo com as descrições contidas neste Edital e no Termo de Referência, sujeitando a contratada à obrigação de reparar, corrigir ou substituir a prestação respectiva em caráter imediato.

19.4 - O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio observado o disposto no Decreto Municipal nº 10.662 de 2016.



19.5 - O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período do adimplemento da obrigação, devendo a **CONTRATADA** promover a entrada do pedido de pagamento, obedecidos o disposto no art. 40, XIV, “a” da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

19.6 - Caso se faça necessária à representação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

19.7 - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuíveis à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e serão acrescidos 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

19.8 - Os pagamentos realizados pelo **MUNICÍPIO** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

19.9 - No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao **MUNICÍPIO**, será devido o pagamento de multa de 0,1% (um décimo por cento), caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso.

19.10 – Eventuais discrepâncias no objeto entregue poderão acarretar glosa no valor da solicitação de pagamento.

## 20 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1 - As despesas com a execução do objeto da presente licitação, durante o exercício de **2022**, correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

**ORIGEM DOS RECURSOS:** 1500  
**PROGRAMA DE TRABALHO:** 04.31.01.10.122.5001  
**ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.90.39.69  
**NOTA DE PRÉ-EMPENHO:** 0016/2023-01

20.2 - As despesas previstas para o exercício seguinte correrão à conta da dotação orçamentária própria, sempre precedida do empenho.

## 21 – DA CONTAGEM DOS PRAZOS

21.1 - Na contagem dos prazos estabelecidos do edital, nos termos do art. 110, da Lei Federal nº 8.666/93, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

21.2 - Só se vencem os prazos referidos neste item em dia de expediente no órgão.

## 22 – FISCALIZAÇÃO

22.1 - A fiscalização das especificações dos produtos será exercida por representante legal da CONTRATANTE, neste ato denominado **FISCAL DE CONTRATO**, devidamente designado pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme Art. 67 da Lei nº 8.666/93, cabendo aos usuários a ratificação da qualidade dos serviços prestados.

## 23 – LEI ANTICORRUPÇÃO

23.1 - Ficam os licitantes cientes que constituem atos lesivos, conforme define a Lei Anticorrupção nº 12.846/2013:

- frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo deste procedimento licitatório;
- impedir, perturbar, fraudar a realização de qualquer ato deste procedimento licitatório;
- afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- fraudar esta licitação;
- criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar desta licitação ou celebrar contrato administrativo;



- obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, ficando as partes sujeitas a aplicação das sanções definidas neste edital e nas normas anticorrupção.

## 24 – DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 - No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou aqueles relacionados aos documentos de habilitação, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.1.1 - É facultado ao Pregoeiro auxiliado pela Equipe de Apoio e à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado com os requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.

24.2 - A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas nos artigos 81 a 88, da Lei Federal n.º 8.666/93 e das previstas ainda na Lei Federal nº 10.520 de 2002 e no Decreto Municipal nº 6.594 de 2002.

24.3 - Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, Servidores da CPL/SEMUS, situada Rua Antônio Wilman, 230 – Moquetá – Nova Iguaçu, RJ, poderão ser encaminhados também através do endereço eletrônico “semus.cpl@novaiguacu.rj.gov.br”.

24.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

24.5 - O MUNICÍPIO não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do CONTRATADO para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

24.6 - Não havendo expediente na CPL/SEMUS, na data marcada, o certame licitatório realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente na mesma hora e local.

24.7 - A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666 de 1993, assegurado o direito de prévia defesa sobre os motivos apresentados para prática do ato de revogação ou anulação.

24.8 - Não será aceita a forma de subcontratação na execução do contrato.

24.9 - Nos casos em que houver necessidade de autenticação dos documentos descritos no item 11.2 por servidor lotado na CPL/SEMUS, os mesmos poderão ser entregues na sala da CPL/SEMUS para sua autenticação.

24.10 - No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

24.11- O edital e seus anexos são complementares entre si, considerando-se partes integrantes e indivisíveis deste instrumento quaisquer condições que estiverem inclusas em seus anexos, gerando as obrigações constantes nos mesmos, inclusive, na execução do contrato.

24.12 - O acompanhamento dos resultados das fases desta licitação poderá ser feito através do Portal da Transparência da Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu, <http://novaiguacu.rj.gov.br/portaldatransparencia/>, e/ou <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>, bem como dos pedidos de esclarecimentos, impugnações e recursos.

**Parte A** - Informações específicas sobre o Edital;  
**Parte B** - Procedimentos da licitação;



<b>Anexo</b>	<b>I</b>	-	Formulário Oficial de Proposta;
<b>Anexo</b>	<b>II</b>	-	Modelo de Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação;
<b>Anexo</b>	<b>III</b>	-	Modelo de Declaração;
<b>Anexo</b>	<b>IV</b>	-	Modelo de carta de Credenciamento;
<b>Anexo</b>	<b>V</b>	-	Declaração de beneficiária da Lei Complementar 123/2006;
<b>Anexo</b>	<b>VI</b>	-	Minuta de Contrato
<b>Anexo</b>	<b>VII</b>	-	Termo de Referência

**Ramon Trentin dos Reis**  
**Coordenador - CPL**



ANEXO I – FORMULÁRIO OFICIAL DE PROPOSTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2020/020297  
LICITAÇÃO N.º 001/CPL/SEMUS/2023  
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO  
TIPO/CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR VALOR GLOBAL

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de Seguro Total (cobertura abrangente), com assistência 24 horas para os veículos que compõem a frota da secretaria Municipal de Saúde e do SAMU-192 do Município de Nova Iguaçu, nos quantitativos e especificações técnicas estabelecidas Termo de Referência e seus anexos.

**EMPRESA:**  
**INSCRIÇÃO ESTADUAL:**  
**CNPJ:**  
**ENDEREÇO:**  
**TELEFONE:**  
**BANCO/AGÊNCIA:**  
**CONTA BANCÁRIA Nº:**

**E-MAIL:**

ITEM	PLACA	TIPO	MARCA	MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	LUA 3B78	AMBULANCIA	MERCEDES BENZ	SPRINTER	R\$	R\$
2	LUK 3I89	AMBULANCIA	MERCEDES BENZ	SPRINTER	R\$	R\$
3	LUB 8E21	AMBULANCIA	MERCEDES BENZ	SPRINTER	R\$	R\$
4	LVE 3H57	AMBULANCIA	MERCEDES BENZ	SPRINTER	R\$	R\$
5	RKN 1C57	AMBULANCIA	MERCEDES BENZ	SPRINTER	R\$	R\$
6	LMW 9A44	AMBULANCIA	MERCEDES BENZ	SPRINTER	R\$	R\$
7	LMW 9A71	AMBULANCIA	MERCEDES BENZ	SPRINTER	R\$	R\$
8	LMW 9A62	AMBULANCIA	MERCEDES BENZ	SPRINTER	R\$	R\$
9	LTK 1268	AMBULANCIA	MERCEDES BENZ	SPRINTER	R\$	R\$
10	LMM 8424	AMBULANCIA	MERCEDES BENZ	SPRINTER	R\$	R\$
11	LTK 1272	AMBULANCIA	MERCEDES BENZ	SPRINTER	R\$	R\$
12	LMM7882	AMBULANCIA	MERCEDES BENZ	SPRINTER	R\$	R\$
13	PAR 9J14	AMBULANCIA	RENAULT	MASTER	R\$	R\$
14	RKL0174	AMBULANCIA	RENAULT	MASTER	R\$	R\$
15	PAR 9915	AMBULANCIA	RENAULT	MASTER	R\$	R\$
16	RJWOG74	AMBULANCIA	RENAULT	MASTER	R\$	R\$
17	LRB 8330	AMBULANCIA	CITROEN	JUMPER	R\$	R\$



18	LLY 4832	AMBULANCIA	CITROEN	JUMPER	R\$	R\$
19	LQZ 7039	AMBULANCIA	CITROEN	JUMPER	R\$	R\$
20	KNX 4193	AMBULANCIA	RENAULT	MASTER	R\$	R\$
21	KWY 9166	AMBULANCIA	RENAULT	KANGOO	R\$	R\$
22	LMN 2963	AMBULANCIA	RENAULT	MASTER	R\$	R\$
23	RKL0184	AMBULANCIA	RENAULT	MASTER	R\$	R\$
24	RJG0118	AMBULANCIA	RENAULT	MASTER	R\$	R\$
25	KPX 4948	AMBULANCIA	PEUGEOT	BOXER	R\$	R\$
26	RJU0J98	PASSAGEIRO	RENAULT	MASTER	R\$	R\$
27	LSI 6759	PASSEIO	NISSAN	MARCH	R\$	R\$
28	LLY8492	PASSEIO	NISSAN	LIVINA	R\$	R\$
29	RJC 0H00	PASSEIO	VW	VOYAGE	R\$	R\$
30	RIX 1G27	PASSEIO	VW	VOYAGE	R\$	R\$
31	LSI 4123	PASSEIO	NISSAN	VERSA	R\$	R\$
32	LSI 4890	PASSEIO	NISSAN	VERSA	R\$	R\$
33	LSI 4891	PASSEIO	NISSAN	VERSA	R\$	R\$
34	LMZ 4I42	PASSEIO	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	R\$	R\$
35	JEF7861	PASSEIO	VW	KOMBI	R\$	R\$
36	LMZ 4I43	PASSEIO	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	R\$	R\$
37	LUL 8H34	PASSEIO	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	R\$	R\$
38	LMY 6D14	PASSEIO	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	R\$	R\$
39	LUF 8G67	PASSEIO	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	R\$	R\$
40	LTU 5F88	PASSEIO	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	R\$	R\$
41	LUH 8E71	PASSEIO	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	R\$	R\$
42	LUG 1H65	PASSEIO	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	R\$	R\$
43	LTV 8D90	PASSEIO	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	R\$	R\$
44	LTY 2A83	PASSEIO	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	R\$	R\$
45	LAA 0G30	PASSEIO	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	R\$	R\$
46	LUK 1I23	PASSEIO	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	R\$	R\$





47	KOL 5931	UTILITARIO	MITSUBISHI MOTORS	CAMINHONETE	R\$	R\$
48	JFO 9128	UTILITARIO	GM	CAMINHONETE	R\$	R\$
49	JFO 9218	UTILITARIO	GM	CAMINHONETE	R\$	R\$
50	LBB 7782	PASSEIO	MERCEDES BENZ	ÔNIBUS	R\$	R\$
51	LRJ 3C90	PASSEIO	VW/MASCA GRANVIA	ÔNIBUS	R\$	R\$
52	LTO 7C87	PASSEIO	VW/MASCA GRANVIA	ÔNIBUS	R\$	R\$
53	LRJ 3C91	PASSEIO	VW/MASCA GRANVIA	ÔNIBUS	R\$	R\$
54	KZO 9178	PASSEIO	VW/MASCA GRANVIA	ÔNIBUS	R\$	R\$
55	LRJ 3C89	PASSEIO	VW/MASCA GRANVIA	ÔNIBUS	R\$	R\$
56	CARRO ZERO	PASSEIO	FIAT	CRONOS DRIVE	R\$	R\$
57	CARRO ZERO	PASSEIO	FIAT	CRONOS DRIVE	R\$	R\$
58	CARRO ZERO	PASSEIO	FIAT	CRONOS DRIVE	R\$	R\$
59	CARRO ZERO	PASSEIO	FIAT	CRONOS DRIVE	R\$	R\$
60	CARRO ZERO	PASSEIO	FIAT	CRONOS DRIVE	R\$	R\$
61	CARRO ZERO	PASSEIO	FIAT	CRONOS DRIVE	R\$	R\$
62	CARRO ZERO	PASSEIO	FIAT	CRONOS DRIVE	R\$	R\$
63	CARRO ZERO	PASSEIO	FIAT	CRONOS DRIVE	R\$	R\$
64	CARRO ZERO	PASSEIO	FIAT	CRONOS DRIVE	R\$	R\$
65	CARRO ZERO	PASSEIO	HYUNDAI	NEW HB20	R\$	R\$
66	CARRO ZERO	PASSEIO	HYUNDAI	NEW HB20	R\$	R\$
67	CARRO ZERO	PASSEIO	HYUNDAI	NEW HB20	R\$	R\$
<b>VALOR TOTAL GLOBAL R\$</b>						

**VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS**

**LOCAL E DATA:**

**Observação:** O Formulário Oficial de Proposta em epígrafe deverá ser apresentado em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa devidamente identificado / Carimbo de CNPJ.

<p style="text-align: center;"><b>Carimbo de CNPJ</b> <b>Assinatura do Representante legal da Empresa devidamente identificado</b></p>
--



**ANEXO I.I – ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA**

Data base: Novembro de 2022

ITEM	PLACA	TIPO	MARCA	MOD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	LUA 3B78	AMBULANCIA	MERCEDES BENZ	SPRINTER	R\$ 7.378,67	R\$ 7.378,67
2	LUK 3I89	AMBULANCIA	MERCEDES BENZ	SPRINTER	R\$ 7.378,67	R\$ 7.378,67
3	LUB 8E21	AMBULANCIA	MERCEDES BENZ	SPRINTER	R\$ 7.378,67	R\$ 7.378,67
4	LVE 3H57	AMBULANCIA	MERCEDES BENZ	SPRINTER	R\$ 7.378,67	R\$ 7.378,67
5	RKN 1C57	AMBULANCIA	MERCEDES BENZ	SPRINTER	R\$ 6.413,24	R\$ 6.413,24
6	LMW 9A44	AMBULANCIA	MERCEDES BENZ	SPRINTER	R\$ 7.378,67	R\$ 7.378,67
7	LMW 9A71	AMBULANCIA	MERCEDES BENZ	SPRINTER	R\$ 7.378,67	R\$ 7.378,67
8	LMW 9A62	AMBULANCIA	MERCEDES BENZ	SPRINTER	R\$ 7.378,67	R\$ 7.378,67
9	LTK 1268	AMBULANCIA	MERCEDES BENZ	SPRINTER	R\$ 7.177,44	R\$ 7.177,44
10	LMM 8424	AMBULANCIA	MERCEDES BENZ	SPRINTER	R\$ 7.177,44	R\$ 7.177,44
11	LTK 1272	AMBULANCIA	MERCEDES BENZ	SPRINTER	R\$ 7.177,44	R\$ 7.177,44
12	LMM7882	AMBULANCIA	MERCEDES BENZ	SPRINTER	R\$ 7.177,44	R\$ 7.177,44
13	PAR 9J14	AMBULANCIA	RENAULT	MASTER	R\$ 5.409,50	R\$ 5.409,50
14	RKL0174	AMBULANCIA	RENAULT	MASTER	R\$ 5.529,50	R\$ 5.529,50
15	PAR 9915	AMBULANCIA	RENAULT	MASTER	R\$ 5.409,50	R\$ 5.409,50
16	RJWOG74	AMBULANCIA	RENAULT	MASTER	R\$ 5.529,50	R\$ 5.529,50
17	LRB 8330	AMBULANCIA	CITROEN	JUMPER	R\$ 3.956,83	R\$ 3.956,83
18	LLY 4832	AMBULANCIA	CITROEN	JUMPER	R\$ 3.956,83	R\$ 3.956,83
19	LQZ 7039	AMBULANCIA	CITROEN	JUMPER	R\$ 3.956,83	R\$ 3.956,83
20	KNX 4193	AMBULANCIA	RENAULT	MASTER	R\$ 3.676,03	R\$ 3.676,03
21	KWY 9166	AMBULANCIA	RENAULT	KANGOO	R\$ 3.906,71	R\$ 3.906,71
22	LMN 2963	AMBULANCIA	RENAULT	MASTER	R\$ 5.300,00	R\$ 5.300,00
23	RKL0184	AMBULANCIA	RENAULT	MASTER	R\$ 6.666,03	R\$ 6.666,03
24	RJG0118	AMBULANCIA	RENAULT	MASTER	R\$ 6.666,03	R\$ 6.666,03
25	KPX 4948	AMBULANCIA	PEUGEOT	BOXER	R\$ 5.044,58	R\$ 5.044,58
26	RJU0J98	PASSEIRO	RENAULT	MASTER	R\$ 2.144,83	R\$ 2.144,83
27	LSI 6759	PASSEIO	NISSAN	MARCH	R\$ 1.808,42	R\$ 1.808,42
28	LLY8492	PASSEIO	NISSAN	LIVINA	R\$ 1.056,53	R\$ 1.056,53
29	RJC 0H00	PASSEIO	VW	VOYAGE	R\$ 1.063,08	R\$ 1.063,08
30	RIX 1G27	PASSEIO	VW	VOYAGE	R\$ 1.063,08	R\$ 1.063,08
31	LSI 4123	PASSEIO	NISSAN	VERSA	R\$ 1.089,19	R\$ 1.089,19
32	LSI 4890	PASSEIO	NISSAN	VERSA	R\$ 1.089,19	R\$ 1.089,19
33	LSI 4891	PASSEIO	NISSAN	VERSA	R\$ 1.089,19	R\$ 1.089,19
34	LMZ 4I42	PASSEIO	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	R\$ 1.279,00	R\$ 1.279,00



35	JEF7861	PASSEIO	VW	KOMBI	R\$ 1.077,40	R\$ 1.077,40
36	LMZ 4I43	PASSEIO	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	R\$ 1.279,00	R\$ 1.279,00
37	LUL 8H34	PASSEIO	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	R\$ 1.279,00	R\$ 1.279,00
38	LMY 6D14	PASSEIO	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	R\$ 1.279,00	R\$ 1.279,00
39	LUF 8G67	PASSEIO	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	R\$ 1.279,00	R\$ 1.279,00
40	LTU 5F88	PASSEIO	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	R\$ 1.279,00	R\$ 1.279,00
41	LUH 8E71	PASSEIO	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	R\$ 1.279,00	R\$ 1.279,00
42	LUG 1H65	PASSEIO	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	R\$ 1.279,00	R\$ 1.279,00
43	LTV 8D90	PASSEIO	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	R\$ 1.279,00	R\$ 1.279,00
44	LTY 2A83	PASSEIO	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	R\$ 1.279,00	R\$ 1.279,00
45	LAA 0G30	PASSEIO	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	R\$ 1.279,00	R\$ 1.279,00
46	LUK 1I23	PASSEIO	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	R\$ 1.279,00	R\$ 1.279,00
47	KOL 5931	UTILITARIO	MITSUBISHI MOTORS	CAMINHONETE	R\$ 1.701,70	R\$ 1.701,70
48	JFO 9128	UTILITARIO	GM	CAMINHONETE	R\$ 1.129,82	R\$ 1.129,82
49	JFO 9218	UTILITARIO	GM	CAMINHONETE	R\$ 1.129,82	R\$ 1.129,82
50	LBB 7782	PASSEIO	MERCEDES BENZ	ÔNIBUS	R\$ 2.684,96	R\$ 2.684,96
51	LRJ 3C90	PASSEIO	VW/MASCA GRANVIA	ÔNIBUS	R\$ 5.402,14	R\$ 5.402,14
52	LTO 7C87	PASSEIO	VW/MASCA GRANVIA	ÔNIBUS	R\$ 5.402,14	R\$ 5.402,14
53	LRJ 3C91	PASSEIO	VW/MASCA GRANVIA	ÔNIBUS	R\$ 5.402,14	R\$ 5.402,14
54	KZO 9178	PASSEIO	VW/MASCA GRANVIA	ÔNIBUS	R\$ 5.402,14	R\$ 5.402,14
55	LRJ 3C89	PASSEIO	VW/MASCA GRANVIA	ÔNIBUS	R\$ 5.402,14	R\$ 5.402,14
56	CARRO ZERO	PASSEIO	FIAT	CRONOS DRIVE	R\$ 1.872,13	R\$ 1.872,13
57	CARRO ZERO	PASSEIO	FIAT	CRONOS DRIVE	R\$ 1.872,13	R\$ 1.872,13
58	CARRO ZERO	PASSEIO	FIAT	CRONOS DRIVE	R\$ 1.872,13	R\$ 1.872,13
59	CARRO ZERO	PASSEIO	FIAT	CRONOS DRIVE	R\$ 1.872,13	R\$ 1.872,13
60	CARRO ZERO	PASSEIO	FIAT	CRONOS DRIVE	R\$ 1.872,13	R\$ 1.872,13
61	CARRO ZERO	PASSEIO	FIAT	CRONOS DRIVE	R\$ 1.872,13	R\$ 1.872,13
62	CARRO ZERO	PASSEIO	FIAT	CRONOS DRIVE	R\$ 1.872,13	R\$ 1.872,13
63	CARRO ZERO	PASSEIO	FIAT	CRONOS DRIVE	R\$ 1.872,13	R\$ 1.872,13
64	CARRO ZERO	PASSEIO	FIAT	CRONOS DRIVE	R\$ 1.872,13	R\$ 1.872,13
65	CARRO ZERO	PASSEIO	HYUNDAI	NEW HB20	R\$ 2.178,73	R\$ 2.178,73
66	CARRO ZERO	PASSEIO	HYUNDAI	NEW HB20	R\$ 2.178,73	R\$ 2.178,73
67	CARRO ZERO	PASSEIO	HYUNDAI	NEW HB20	R\$ 2.178,73	R\$ 2.178,73
<b>VALOR TOTAL R\$ 235.652,83 (Duzentos e trinta e cinco mil seiscientos e cinquenta e dois reais e oitenta e três centavos).</b>						

PREÇO COLETADOS JUNTO AO MERCADO NACIONAL – SUP. DE CONTROLE INTERNO SEMUS.

Página 23

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

**Razão Social:**

Prezados Senhores,

Em atenção ao Edital de Licitação nº **001/CPL/SEMUS/2023** declaramos que cumprimos todos os requisitos de habilitação necessários para participar da licitação em epígrafe.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa  
devidamente identificada



**ANEXO III**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO**

**Razão Social:** .....

Prezados Senhores,

Em atenção ao Edital de Licitação nº 001/CPL/SEMUS/2023 nossa empresa declara que:

- Não possuímos nosso quadro funcional servidor público ou em nosso quadro funcional, servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art.119 da Lei Orgânica Municipal;
- Comprometemo-nos a garantir o prazo de validade dos preços e condições constantes da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da mesma;
- Asseguramos ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa  
devidamente identificada



ANEXO IV

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

À  
CPL - MUNICÍPIO

Ref.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 001/CPL/SEMUS/2023

Prezados Senhores,

Credenciamos o/a Sr (a) . ....., nacionalidade ....., cédula de identidade nº ....., emitido pelo ....., para, em nome da .....(nome da empresa), participar do Pregão Eletrônico sob referência, podendo, para tanto, juntar e apresentar documentos, apresentar propostas, assinar atos e termos, requerer e deliberar, apresentar recursos, renunciar a direitos, inclusive recursos, e tudo o mais que se fizer necessário, de acordo com o Edital.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa  
devidamente identificada





ANEXO V  
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA  
DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006.

.....(Razão Social da Licitante)....., inscrita no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ..... **DECLARA**, para fins do disposto no subitem 4.4 do Edital, do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 001/CPL/SEMUS/2023**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob penas da lei, que esta empresa, na presente data, é beneficiária da Lei Complementar nº 123 de 2006, sendo enquadrada como ..... (ME/EPP/MEI).

**DECLARA** ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar supracitada.

\_\_\_\_\_  
(Local/Data)

\_\_\_\_\_  
(Nome e Assinatura do Representante Legal)

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após abertura da Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas Licitantes que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123 de 2006.



ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO

MINUTA – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
\_\_\_\_\_, QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU E A EMPRESA  
\_\_\_\_\_.

O **MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU**, pessoa jurídica de direito público interno, cuja Prefeitura tem sede na Rua Athaíde Pimenta de Moraes, nº 528, Centro, Nova Iguaçu, CNPJ nº 29.138.278/0001-01, doravante denominado **MUNICÍPIO**, representado neste ato pelo Ilmo. Sr. (IDENTIFICAR AUTORIDADE), e a empresa \_\_\_\_\_ situada na \_\_\_\_\_, e inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual \_\_\_\_\_, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por \_\_\_\_\_ (IDENTIFICAR REPRESENTANTE), resolvem celebrar a presente **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE** \_\_\_\_\_, conforme **Processo Administrativo nº 2020/020297**, o Edital nº **001/CPL/SEMUS/2023**, aplicando-se a este contrato as normas gerais da Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 10.662/2016, e, subsidiariamente, da Lei Federal nº 8.666/93, considerando-se sempre as respectivas alterações, bem como as cláusulas e condições seguintes:

ÍNDICE

CLAUSULA	TITULO
1º	DO OBJETO
2º	DO PRAZO
3º	DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO
4º	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
5º	DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL E REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
6º	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
7º	DA EXECUÇÃO
8º	DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL
9º	DA RESPONSABILIDADE
10º	DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
11º	DA GARANTIA
12º	DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13º	DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO
14º	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES
15º	DO RECURSO AO JUDICIÁRIO
16º	DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA E SUBCONTRATAÇÃO
17º	DA RESCISÃO
18º	DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO
19º	DA CONTAGEM DOS PRAZOS
20º	DO FORO DE ELEIÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE** \_\_\_\_\_, conforme especificado no seguinte quadro:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	PLACA	MARCA / MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL



**Parágrafo único.** Os serviços contratados serão executados na forma especificada neste contrato e no Termo de Referência.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

**Parágrafo primeiro.** O prazo de vigência poderá ser prorrogado apenas nas condições previstas no parágrafo do artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Constituem obrigações do **MUNICÍPIO**:

- a) Realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência;
- b) Fornecer a **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- c) Exercer a fiscalização e o acompanhamento do contrato, notificando a **CONTRATADA**, formal e tempestivamente, todas as irregularidades observadas;
- d) Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas no parágrafo oitavo da cláusula oitava deste contrato;
- e) Emitir e ou requerer todas as licenças necessárias para o cumprimento do objeto do contrato.

## CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) Prestar o serviço contratado observando todas as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, bem como as instruções e determinações expedidas pela fiscalização do **MUNICÍPIO**;
- b) Executar o objeto deste Termo de Referência com zelo, diligência e economia, procedendo sempre de acordo com a melhor técnica aplicável a prestação de serviços dessa natureza;
- c) Efetuar, sem qualquer ônus para o **MUNICÍPIO**, no tempo determinado por este, as correções e revisões de falhas ou defeitos verificados nos serviços prestados, sempre que a ela imputáveis;
- c) Quaisquer erros ou imperícias na execução do contrato, constatados pelo **MUNICÍPIO** obrigarão a contratada, à sua conta e risco, a repor as parcelas de serviço impugnadas;
- e) Obedecer estrita e rigorosamente aos prazos estabelecidos neste Contrato e no Edital, cabendo ao **MUNICÍPIO**, no caso de inadimplemento, o direito de suspender a execução do contrato ou de aplicar as penalidades cabíveis, sem que assista à **CONTRATADA** qualquer direito a indenização;
- f) Requerer, junto aos órgãos competentes, a autorização para execução de quaisquer atividades envolvidas na prestação do objeto deste contrato, responsabilizando-se pelo cumprimento dos mesmos e pela fiel observância da legislação aplicável;
- g) Permitir ao **MUNICÍPIO**, por todos os meios ao seu alcance, o mais amplo exercício da fiscalização, proporcionando-lhe pleno acesso a suas dependências, bem como, atendendo, prontamente, às determinações que lhe forem feitas, com o propósito de melhor atender as obrigações pactuadas;
- h) Substituir, às suas custas, os funcionários que, a critério do **MUNICÍPIO**, apresentarem comportamento inadequado, ou, em algum momento, desrespeitarem as condições a eles inerentes;
- i) Disponibilizar o pessoal necessário à execução do objeto deste contrato, sob sua inteira responsabilidade, obrigando-se a observar, rigorosamente, todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora;
- j) Comparecer espontaneamente em juízo, na hipótese de qualquer reclamação trabalhista intentada ou ajuizada por seus empregados contra o **MUNICÍPIO**, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora, substituindo o **MUNICÍPIO** no processo, até o final do julgamento, arcando com todas as despesas decorrentes de eventual condenação;
- k) Arcar com ônus decorrentes de incidência de todos os tributos federais, estaduais e municipais que possam decorrer dos serviços objeto do Termo de Referência, responsabilizando-se pelo cumprimento de todas as exigências das repartições públicas competentes, com total isenção do **MUNICÍPIO**;



- l) Arcar com todas as despesas de alocação e transporte de sua equipe necessárias à plena execução do objeto contratado;
- m) Arcar com todas as despesas decorrentes de eventuais serviços realizados em horários extraordinários (diurno, noturno, domingos e feriados) que forem necessários ao exato cumprimento das obrigações pactuadas;
- n) Aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, atualizado, do contrato que vier a ser celebrado, conforme estabelece o § 1º, Art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93;
- o) Responsabilizar-se por quaisquer danos ocasionados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros em decorrências de atos ou omissões perpetrados quando da execução do objeto do contrato;
- p) Responder por violação ao direito de uso de materiais, métodos ou processo de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;
- q) Manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, no que tange às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei Federal n.º 8.666/93;
- r) Comunicar à fiscalização do contrato, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os motivos de força maior que possam justificar a interrupção da prestação dos serviços;
- s) Correrão por conta, responsabilidade e risco da **CONTRATADA** as consequências de imprudência, negligência ou imperícia sua e de seus empregados ou prepostos, notadamente:
- i. má qualidade dos serviços prestados;
  - ii. violação do direito de propriedade industrial;
  - iii. furto, perda, roubo, deterioração ou avarias de materiais ou equipamentos;
  - iv. ato ilícito seu e de seus empregados ou prepostos que tenham reflexos danosos para o cumprimento da execução contratual;
  - v. acidentes de qualquer natureza com materiais ou equipamentos, com seus empregados ou terceiros, na execução dos serviços necessários à execução contratual ou em decorrência da execução deles.
- t) Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações sociais e trabalhistas dos seus empregados e outros que venha a contratar para o cumprimento de suas atribuições;
- u) Prestar, sem quaisquer ônus para a **MUNICÍPIO**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados na execução do contrato, sempre que a ela imputáveis;
- v) Comunicar imediatamente ao **MUNICÍPIO** sobre qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros dados necessários para o recebimento de correspondências;
- w) Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos causados ao patrimônio e pessoal do **MUNICÍPIO**, bem como à terceiros por ação ou omissão na execução do objeto contratado;
- x) Cumprir as normas internas do **MUNICÍPIO** quando da execução do objeto deste contrato;
- y) Observar, na execução dos serviços, as normas e especificações técnicas a que estiver legalmente vinculado e as estabelecidas neste contrato que vier a ser celebrado;
- z) Fornecer todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços que vierem a ser pactuados, bem como toda a mão-de-obra necessária;
- aa) Certificar-se respondendo por eventuais descumprimentos, de que todos os seus empregados e os de suas eventuais subcontratadas, fazem uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) legalmente exigíveis, concernentes à segurança, higiene e medicina do trabalho (reboques);
- bb) Empregar quando da execução dos serviços, até o seu final, profissionais idôneos e habilitados, de acordo com o gabarito técnico indispensável;
- cc) A empresa que vier a ser contratada para executar o objeto deste contrato será a única responsável pela segurança, guarda e conservação de todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, e ainda pela proteção destes e de eventuais instalações implantadas para a execução do contrato;
- ee) O **MUNICÍPIO** poderá determinar a paralisação dos serviços por motivo de relevante ordem técnica ou de segurança, ou ainda, de inobservância ou desobediência às suas determinações, cabendo a **CONTRATADA**, quando as razões da paralisação lhe forem imputáveis, todos os ônus e encargos decorrentes;
- ff) Submeter à prévia aprovação do **MUNICÍPIO**, por intermédio do fiscal da execução contratual, qualquer alteração das especificações originalmente pactuadas;

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL E REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS



O valor total previsto para este contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), passível de alteração apenas pela ocorrência de eventos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro, nos moldes do art. 65 §§ da Lei Federal nº 8.666/93.

**Parágrafo primeiro.** Consideram-se incluídos no preço previsto no caput desta cláusula todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, encargos sociais e financeiros e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto contratual.

**Parágrafo segundo.** Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer, mediante expresse requerimento do CONTRATADO, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice do IPCA.

**Parágrafo terceiro.** Em caso de renovação fundada no art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, caberá ao contratado ressaltar expressamente o direito ao reajuste e ao reequilíbrio como condição para renovação, sob pena de preclusão.

**Parágrafo quarto.** A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, em virtude de eventos supervenientes, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

<b>ORIGEM DOS RECURSOS:</b>	<b>1500</b>
<b>PROGRAMA DE TRABALHO:</b>	<b>04.31.01.10.122.5001</b>
<b>ELEMENTO DE DESPESA:</b>	<b>3.3.90.39.69</b>
<b>NOTA DE PRÉ-EMPENHO:</b>	<b>016/2023-01</b>
<b>NOTA DE EMPENHO:</b>	

**Parágrafo único.** As despesas previstas para o exercício seguinte correrão à conta da dotação orçamentária própria, sempre precedida do empenho.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO

O Contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**Parágrafo primeiro.** Assinado o termo contratual, o prazo máximo para a execução dos serviços será de até 30 dias para Emissão de Apólice, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração, nos termos dos Art. 57 e 65 da Lei 8.666/93;

**Parágrafo segundo.** A execução do objeto contratual observará o descrito no Termo de Referência.

**Parágrafo terceiro.** As inclusões ou exclusões de serviços ou bens ou alteração de seus preços que porventura vierem a ocorrer no curso da execução do presente instrumento, necessariamente deverão ser objeto de termos aditivos a serem datados e numerados sequencialmente e subscritos pelos representantes das Partes.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros designados pelo **MUNICÍPIO (Secretaria Municipal de Saúde/SEMUS)**, de acordo com o disposto no Art. 51 do Decreto Municipal nº 10.662/16, à qual compete:

1. fazer cumprir a especificação do objeto e demais condições constantes deste contrato;
2. notificar a **CONTRATADA** acerca da prática de infrações que ensejem a aplicação das penas previstas na cláusula décima quarta;
3. suspender/recusar o recebimento de produto/serviços julgado inadequado;



4. sustar o pagamento das faturas no caso de inobservância pela **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista neste contrato;
5. exigir a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA**, cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse do objeto contratado, sem que essa decisão acarrete qualquer ônus ao **MUNICÍPIO**;
6. determinar a substituição dos produtos/serviços inadequados ou que apresentem falhas ou defeitos que inviabilizem ou atrapalhem o funcionamento do objeto deste contrato.

**Parágrafo primeiro.** Cabe recurso das determinações previstas no caput desta cláusula, observado o prazo de 5 (cinco) dias úteis previsto no art. 109, II, da Lei Federal nº 8.666/93, exceto no caso da aplicação de sanções, para as quais se observará o prazo previsto na cláusula décima quarta.

**Parágrafo segundo.** A **CONTRATADA** facilitará, por todos os meios ao seu alcance, a ampla fiscalização do **MUNICÍPIO**, promovendo o fácil acesso às dependências da **CONTRATADA**, podendo lhe ser exigido o fornecimento de veículo necessário à diligência da fiscalização.

**Parágrafo terceiro.** A **CONTRATADA** atenderá prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização.

**Parágrafo quarto.** A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**Parágrafo quinto.** A instituição e a atuação da fiscalização do **MUNICÍPIO** não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA** nem a exime de manter fiscalização própria.

**Parágrafo sexto.** Os Membros da Comissão prevista no caput desta cláusula, sob pena de responsabilização administrativa, anotarão em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados ou comunicando o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação, no que exceder à sua competência.

**Parágrafo sétimo.** Quaisquer entendimentos entre a fiscalização e a **CONTRATADA**, desde que não infrinjam nenhuma cláusula contratual, serão feitos por escrito, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações da **CONTRATADA** com fundamento em ordens ou declarações verbais.

**Parágrafo oitavo.** O objeto do contrato será recebido após a devida conclusão, observada a seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;
- b) definitivamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**Parágrafo nono.** Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o fato será comunicado à **CONTRATADA**, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE

O objeto do presente contrato será executado sob a direção e responsabilidade técnica da **CONTRATADA**.

**Parágrafo primeiro.** A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, em decorrência dos defeitos ou falhas nos produtos entregues/serviços prestados, não excluindo ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.





**Parágrafo segundo.** A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **MUNICÍPIO** fará o pagamento, por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA** e aceita pelo **MUNICÍPIO**.

**Parágrafo primeiro.** Para fins de pagamento, será considerado o valor do prêmio devido a seguradora em razão da cobertura securitária dos veículos relacionados no Termo de Referência, e de acordo com os termos disposto no Edital;

**Parágrafo segundo.** Eventuais discrepâncias no objeto entregue/serviços prestados poderão acarretar glosa no valor da solicitação de pagamento.

**Parágrafo terceiro.** O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio observado o disposto no Decreto Municipal nº 10.696 de 2016 e no Decreto Municipal nº 16.895 de 2017.

**Parágrafo quarto.** O prazo para pagamento será de no máximo 30 (trinta) dias contados da data final do período do adimplemento do objeto, nos termos do art. 40, XIV, a, da Lei Federal nº. 8.666/93, desde que o respectivo pedido seja apresentado isento de erros e na repartição competente.

**Parágrafo quinto.** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

**Parágrafo sexto.** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

**Parágrafo sétimo.** Os pagamentos realizados pelo **MUNICÍPIO** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

**Parágrafo oitavo.** No caso de atraso no pagamento por motivo atribuível ao **MUNICÍPIO**, será devido o pagamento de 0,1% (um décimo por cento) ao mês sobre o valor da parcela devida, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso.

**Parágrafo nono.** O pagamento será procedido nos termos do Decreto Municipal nº 10.696/2016.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O Contrato poderá ser modificado pelo **MUNICÍPIO**, sendo mantidas suas demais cláusulas, na forma prevista no artigo 58, inciso I e seus §§ 1º e 2º e/ou no artigo 65 e seus respectivos parágrafos, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, mediante a assinatura de Termo Aditivo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade de opor perante o **MUNICÍPIO** a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

**Parágrafo único.** A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES



A inexecução do serviço, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso;
- c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato em caso de rescisão contratual por culpa da **CONTRATADA**;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- f) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “e”, observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

**Parágrafo primeiro.** A imposição de multa até o valor de 250 UFINIG's é de competência do **Secretário Municipal de Saúde**, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência do **Prefeito Municipal**, segundo o § 5º do art. 51 do Decreto Municipal nº 10.662 de 2016.

**Parágrafo segundo.** A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 10.662 de 2016.

**Parágrafo terceiro.** A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação sendo o prazo ampliado para 10 (dez) dias na hipótese prevista na alínea “f” do caput deste item.

**Parágrafo quarto.** Cada uma das sanções previstas nas alíneas “a”, “e” e “f” desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as constantes na letra “b”, “c” e “d”.

**Parágrafo quinto.** Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela **CONTRATADA** após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

**Parágrafo sexto.** A aplicação das sanções previstas neste item observará o disposto no Decreto Municipal nº 10.662 de 2016.

**Parágrafo sétimo.** O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA** ou de perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente, caso sejam superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face do **MUNICÍPIO**.

**Parágrafo único.** Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.



#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO

O presente CONTRATO não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte.

O CONTRATO não poderá ser objeto de subcontratação no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do MUNICÍPIO e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉXTA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

**Parágrafo primeiro** - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

**Parágrafo segundo** - A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação no órgão oficial de divulgação do Município de Nova Iguaçu.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo de publicação oficial do Município, correndo os encargos por conta do **MUNICÍPIO**.

**Parágrafo primeiro** – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

**Parágrafo segundo.** O **MUNICÍPIO** encaminhará cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado/RJ, para conhecimento, após assinatura das partes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CONTAGEM DOS PRAZOS

Na contagem dos prazos estabelecidos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão aos dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme art. 110 e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade de Nova Iguaçu, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Nova Iguaçu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

XXXXXX  
CPF Nº \_\_\_\_\_  
**MUNICÍPIO**

XXXXXX  
CPF Nº \_\_\_\_\_  
**CONTRATADA**

#### TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF/MAT:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF/MAT:



ANEXO VII  
TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERENCIA – ALTERADO

1. OBJETO:

1.1. Trata-se de solicitação para contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Seguro Total (cobertura compreensiva), com assistência 24 horas para os veículos que compõem a frota da Secretaria Municipal de Saúde e do Samu-192 do Município de Nova Iguaçu, nos quantitativos e especificações técnicas estabelecidos de acordo com a descrição no Anexo I-A deste Termo de Referência.

1.2. A licitação será realizada na modalidade: Pregão Eletrônico, menor preço GLOBAL, conforme preceituam a Lei Federal nº 8666/93, a Lei Federal nº 10.520/02 e Decreto Municipal nº 11.250/18.

1.2.1. **JUSTIFICATIVA:** A necessidade do tipo da licitação ser o menor preço global justifica-se devido ao fato de que, em sendo uma única seguradora a responsável pelas apólices de todos os veículos, o desconto a ser oferecido quando da efetivação do seguro será maior, haja vista a quantidade de veículos, do que seria se fosse apenas um único veículo para cada seguradora, trazendo, desta forma, uma economia ao erário preservando-se a economia de escala; ademais, há que se considerar, também, a praticidade de apenas uma única seguradora ser a responsável por todos os veículos, além, óbvio, de um maior controle por parte da Administração. Eis porque se justifica o menor preço global.

1.3. De acordo com o artigo 1º, parágrafo único, da Lei No 10.520, de 17 de julho de 2002, esta pasta atesta que o item que compõem o presente objeto se enquadra na definição de bem comum por estarem à disposição no mercado de forma padronizada, comparável e sem demandar utilização de técnica especializada ou exclusiva para sua produção.

2. JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que esta Secretaria possui frota própria, que passa por constantes renovações através de aquisições e doações, a contratação de cobertura securitária busca dar mais segurança ao atendimento e locomoção dos servidores e pessoas transportadas, especialmente durante as viagens das Equipes de saúde.

A contratação de seguro objetiva proteger o patrimônio público de risco e eventuais sinistros que podem causar enorme dispêndio ao erário e garantir que este órgão seja indenizado na eventual ocorrência de tais sinistros.

3. DOS VEÍCULOS A SEREM SEGURADOS:

3.1. A relação dos veículos a serem segurados é a constante do Anexo I-A:

3.1.1. Composto por **67 (Sessenta e sete)** veículos, cuja cobertura de seguro vigorará imediatamente, após a assinatura do Contrato;

3.1.2. Considerando que a frota poderá sofrer alterações no seu quantitativo total, quer seja para mais ou para menos, esta Secretaria de Saúde fixa o quantitativo mínimo e máximo de veículos a serem seguidos, instando os licitantes a apresentarem valores unitários para as propostas. Nestes termos a remuneração do contratado será fixada por meio da multiplicação de quantitativo de veículos a serem segurados pelo valor unitário apresentado na proposta vencedora, podendo o objeto contratado ser majorado ou reduzido, desde que observado o quantitativo máximo de veículos fixado no Termo de Referência.

3.1.2.1. O quantitativo máximo será de até 25% (vinte e cinco por cento) sobre o quantitativo contratado e o mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) a menos sobre o quantitativo contratado, que poderão ser segurados durante a vigência total do contrato a ser firmado.

3.1.2.2. Haverá a possibilidade de inclusão de novos veículos desde que observado o teto máximo apresentado.



3.1.2.2. Poderá ocorrer a livre exclusão de veículos segurados no curso da execução do contrato desde que observado o teto máximo apresentado.

3.2. O valor dos veículos será apurado com base na tabela divulgada pelo site [www.fipe.org.br](http://www.fipe.org.br) ou outra qualquer que venha substituí-la.

3.3. Tratando-se de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 (noventa) dias a contar data de seu recebimento pela SEMUS, independentemente da quilometragem rodada no período.

3.3.1. Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.

#### **4. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS DE SEGURO DA FROTA DE VEÍCULOS DA SEMUS:**

##### **4.1. DAS COBERTURAS**

4.1.1. Roubo ou furto total, assim como os danos causados por tentativas de roubo ou furto;

4.1.2. Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento envolvendo direta ou indiretamente o bem segurado;

4.1.3. Raios e suas consequências;

4.1.4. Incêndio e explosão, inclusive os causados por atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros (de qualquer causa);

4.1.5. Queda em precipícios ou pontes;

4.1.6. Queda de agentes externos sobre o veículo;

4.1.7. Acidente durante o transporte do veículo segurado, por veículos próprios e/ou de terceiros, devidamente equipados e licenciados para transporte de cargas;

4.1.8. Submersão total ou parcial proveniente em água doce de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;

4.1.9. Granizo;

4.1.10. Garantia adicional de vidros;

4.1.11. Acidente envolvendo o veículo segurado com veículos de servidores da contratante, dentro de suas dependências;

4.1.12. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;

4.1.13. Acessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica;

4.1.14. Danos causados a terceiros, Responsabilidade Civil Facultativa – RCF;

4.1.15. Acidente Pessoais por Passageiros – APP;

4.1.16. Assistência 24hs (vinte e quatro) horas, incluindo reboque;

##### **4.2. DO ENDOSSO**



4.2.1. Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos na apólice poderão ser solicitadas pela SEMUS e processadas pela seguradora, mediante endosso;

4.2.2 Poderá ser solicitada, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, local de permanência e unidade da federação para utilização do veículo, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, durante o período da vigência da apólice;

4.2.3 A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias, a contar de pedido expresso efetuada pela Superintendência de Transportes da SEMUS;

4.2.4 O pedido de endosso, poderá também ser realizado pela Superintendência de Transportes da SEMUS;

#### 4.3. DA APÓLICE:

4.3.1. A apólice de Seguro deverá ser entregue diretamente na Superintendência de Transportes da SEMUS, em horário comercial, das 08H às 12H e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira, no seguinte endereço: Rua Antonio Wilma, nº 230 – Bairro Moqueta – Nova Iguaçu/RJ;

4.3.2. A apólice de seguro deverá conter, impreterivelmente, a descrição dos itens a seguir, observados os valores mínimos de cobertura:

##### 4.3.2.1. Casco:

4.3.2.1.1. Valor para cobertura de, no mínimo, 100% da tabela FIPE;

##### 4.3.2.2. Responsabilidade Civil Facultativa – RCF:

4.3.2.2.1. Valor para indenização de danos materiais;

4.3.2.2.2. Valor para indenização de danos corporais;

##### 4.3.2.3. Acidente por passageiros – APP:

4.3.2.3.1. Valor para indenização morte por passageiros;

4.3.2.3.2. Valor para indenização invalidez por passageiros;

##### 4.3.2.4. Prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistros:

4.3.2.4.1. Prazo máximo para as indenizações de eventuais sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias.

4.3.2.5. A Contratada deverá fornecer manual ou documento equivalente contendo informações reais ao funcionamento do seguro para os veículos objeto deste Termo de Referência.

4.3.3. Os veículos relacionados nesta solicitação de serviço trafegam em perímetro urbano e/ou rural, como também são utilizados para transportes de pacientes para outros municípios e estados, visitas técnicas, congressos, etc...;

4.3.4. Os valores referentes às franquias, em caso de sinistro, serão pagos pela SEMUS, prioritariamente, à concessionária autorizada da marca que promover os consertos dos veículos.

#### 4.4. DESCRIÇÃO DAS INDENIZAÇÕES:

4.4.1. As outras coberturas serão cotadas levando em consideração os seguintes valores:



EVENTO	COBERTURA MÍNIMA
Colisão, incêndio, roubo e furto (casco): danos parciais e totais	100% do valor de mercado, tabela FIPE
Responsabilidade civil por danos materiais a terceiros	R\$ 125.000,00
Responsabilidade civil por danos pessoais a terceiros	R\$ 125.000,00
Acidentes pessoais por passageiro (morte) - APP	R\$ 25.000,00
Acidentes pessoais por passageiro (invalidez total ou parcial)	R\$ 25.000,00

#### 4.5. DA AVARIA:

4.5.1. Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, isto não será impeditivo para a contratação, sendo, porém, estas avarias excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de Perda Parcial.

4.5.2. Após procedimento de recuperação pela SEMUS, durante a vigência do seguro, este deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da “Cláusula de Avaria”.

4.5.3. Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.

4.5.4. Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, conforme Especificações Técnicas deste Termo de Referência, será desconsiderada qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.

#### 4.6. DO AVISO DE SINISTRO:

4.6.1. Em caso de sinistro a Superintendencia de Transportes providenciará os documentos necessários para apresentação a Seguradora, tais como: Boletim de Ocorrência (BO) ou Boletim de Registro de Acidente de Transito (BRAT), Aviso de Sinistro, etc., bem como colocará à disposição da seguradora o bem sinistrado para a realização de vistoria e/ou pericia;

4.6.2. Tratando-se de danos ou avarias sofridas pelo veículo segurado a Seguradora poderá optar por;

4.6.3. substituir o veículo por outro equivalente;

4.6.4. Mandar reparar os danos;

4.6.5. A central poderá funcionar por e-mail, telefone, fax ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional;

4.6.6. A substituição do veículo se dará nos casos de perda total, roubo ou furto e deverá ser realizada por veículo no mesmo modelo e ano e iguais em aparências e condições de uso ou por veículo de ano ou modelo superior ao veículo a ser substituído;

4.6.7. Considera-se perda total quando o valor estimado para reparação for igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor da importância segurada do veículo;

4.6.8. Tratando-se desaparecimento do veículo por roubo ou furto, após 30 (trinta) dias sem a localização do mesmo, a Seguradora poderá optar por indenizar a SEMUS ou entregar outro veículo equivalente, de acordo com este Termo de Referência;





4.6.9. O prazo máximo para pagamento da indenização é de 30 (trinta) dias, contados a partir das exigências do Segurado;

4.6.10. Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a CONTRATADA terá, no máximo, 5 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado;

4.6.11. Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 3 (três) horas após o aviso de sinistro;

4.6.12. O reparo do veículo deverá ocorrer em oficina autorizada da marca do veículo sinistrado;

4.6.13. A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia durante 7 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.

#### **4.7. DA FRANQUIA:**

4.7.1. A franquia considerada é a obrigatória, devendo ser observados os itens a seguir:

4.7.1.1. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).

4.7.1.2. Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice, não devendo exceder o limite máximo de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) devendo, para isso, serem consideradas as informações e detalhes constantes do Anexo I-A, podendo ser ofertada, de acordo com análise por veículos e seus devidos bônus, franquias de valores menores.

4.7.1.3. Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas frontais, retrovisores, faróis e lanternas não deverá exceder o limite máximo de R\$ 100,00 (cem reais), não sendo cumulativas com a franquia de que trata estas Especificações Técnicas.

4.7.1.3.1. A franquia de que trata este item será aplicada de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver a quebra simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna.

4.7.1.3.2. Em havendo sinistro com a necessidade específica de substituição de vidros laterais e traseiros, troca de lente de retrovisores e reparo em trincas de para-brisas, a CONTRATADA não cobrará franquia para esses serviços.

4.7.1.3.3. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

#### **4.8. Da Inclusão e Exclusão de Veículos:**

4.8.1. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículos, durante o período da vigência da apólice, a Contratada deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta Contratação.

4.8.1.1. Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

4.8.1.2. A devolução deverá ser realizada mediante depósito e/ou transferência bancária para conta corrente indicada pela Contratante no ato da devolução, devendo a empresa enviar comprovante devidamente ao Fiscal do Contrato.

4.8.1.3. Caberá ao Fiscal do Contrato, em qualquer caso, comparar o orçamento apresentado previamente com a proposta comercial vencedora da licitação, a fim de confirmar a proporcionalidade de valores. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos.



4.8.1.4. O orçamento a que se refere o subitem 4.8.1 deve ser fornecido pela Contratada no prazo de 48 horas.

4.8.1.5. Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículos, a Contratada deverá calcular, pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a seguinte fórmula:

$$\begin{aligned} X \div 12 &= Y \text{ e } Y \times Z = VT, \text{ onde:} \\ X &= \text{Valor anual do prêmio por veículo;} \\ 12 &= \text{Número de meses;} \\ Y &= \text{Valor mensal do prêmio por veículo;} \\ Z &= \text{Número de meses restantes para o término da apólice;} \\ VT &= \text{Valor total a ser devolvido à Administração Pública.} \end{aligned}$$

4.8.1.6. O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação da Contratante à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega.

4.8.1.7. Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 (quinze) dias.

4.8.1.8. A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante depósito e/ou transferência bancária para conta corrente indicada pela Contratante no ato da devolução, devendo a empresa enviar comprovante devidamente ao Fiscal do Contrato.

## 5. DA VISTORIA PRÉVIA

5.1. As licitantes interessadas poderão vistoriar os veículos a serem segurados. A vistoria deverá ser marcada previamente por intermédio do telefone (21) 3773-3035 e realizada na respectiva localidade onde se encontra a Superintendência de Transportes da SEMUS e o veículo a ser vistoriado, conforme endereços constantes do ANEXO I-B deste Termo de Referência.

5.2. O prazo para a marcação da vistoria deverá ser de, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas antes da vistoria a ser realizada e só deverá acontecer até 48 (quarenta e oito) horas antes do início do certame.

5.2.1. Não realizada a vistoria ou não obedecidos os prazos previstos para a sua marcação ou realização, considerar-se-á que todos os concorrentes aceitaram as condições em que se encontram os veículos.

5.3. O fato de a seguradora deixar de realizar a vistoria ora prevista não a motiva ao descumprimento das obrigações pertinentes a esse objeto, inclusive quanto à cobertura de equipamentos e de acessórios.

## 6. DA DISPOSIÇÃO DOS VEÍCULOS

6.1. Conforme dispuser o órgão, a contratação do seguro incidirá sobre veículos de fabricação nacional e/ou estrangeira, aplicando-se como Prêmio Referencial – PR, que servirá de base para cálculo do prêmio a pagar bem como do valor de franquia, previsto em tabela da **Superintendência de Seguros Privados do Brasil – SUSEP**.

## 7. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

7.2. Autorização de funcionamento da sociedade seguradora expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, nos termos dos artigos 74 a 78 do Decreto-Lei n.º 73, de 21/11/1966, e alterações posteriores.

## 8. DA EXPECTATIVA DO CONTRATO

8.1. Limite de indenização correspondente ao valor estipulado em apólice para o veículo segurado;



8.2. Pagamento de despesas extraordinárias no limite de até 10% (dez por cento) da indenização, na hipótese de ocorrência de sinistro com perda total do veículo segurado;

8.3. Endosso de inclusão ou de ampliação de valor segurado para cada veículo;

8.4. Cobertura de serviços em tempo integral, assistindo e socorrendo aos passageiros e aos veículos em caso de acidentes, pane mecânica e/ou elétrica, incêndio e roubo ou furto do veículo segurado, na qual possam constar:

8.4.1 Assistência 24 (vinte e quatro) horas;

8.4.2 Reboque ilimitado;

8.4.3 Transporte alternativo;

8.4.4 Serviço de táxi;

8.4.5 Socorro em caso de pane seca

8.4.6 Troca de pneu furado;

8.4.7 Serviço de chaveiro;

8.4.8 Acompanhamento médico-hospitalar;

8.4.9 Hospedagem em hotel;

8.4.10 Remoção para hospital;

8.4.11 Motorista substituto;

8.4.12 Passagens para acompanhantes, caso o segurado e/ou passageiros permaneçam hospitalizados por mais de 3 (três) dias,

8.4.13 Traslado de corpo.

## 9. DA ASSISTÊNCIA

9.1. A CONTRATADA deverá prestar serviços de assistência 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para veículos, passageiros e motoristas, incluindo guincho e reboque ilimitado em caso de panes ou acidentes, e cobertura de vidros.

9.2. A assistência estender-se-á a todo o território nacional, sem aplicações de franquias quilométricas ou taxas extras para os serviços de cobertura, guincho ou reboque.

9.3. A CONTRATADA deverá possuir representação (corretor de seguros) 24 (vinte e quatro) horas por dia disponível para, em casos de sinistros ou eventuais serviços, prestar apoio/atendimento exclusivo à Superintendência de Transportes da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Iguaçu, durante todo o período de vigência contratual.

## 10. DAS COBERTURAS

10.1. As coberturas destinam-se a garantir ao CONTRATANTE SEGURADO até o limite máximo de indenização ou o reembolso das indenizações que for obrigado a pagar, por danos involuntários pessoais e/ou materiais, causados em seu próprio veículo, a terceiros transportados, terceiros não transportados, bem como demais situações causadas pelo veículo segurado, decorrentes de risco aberto.

## 11. DA VIGÊNCIA

11.1. O contrato proveniente desta contratação terá vigência por 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do Contrato, garantindo-se todas as coberturas previstas neste Termo de Referência, podendo ser prorrogado e reajustável a critério das partes contratantes, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações;

11.2. Os prazos de vigência dos eventuais contratos decorrentes deste Termo de Referência observarão os limites previstos no artigo 57 da Lei nº 8.666/93;

11.3. Apresentar, sempre que solicitado durante a vigência do contrato, os documentos exigidos para participação na licitação, conforme dispõe o art. 55, inc. XIII, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

## 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Além do previsto na legislação vigente, são obrigações da Contratante:



12.1. Comunicar imediatamente qualquer ocorrência danosa ao veículo ou avarias havidas pela execução dos serviços.

12.2. Responsabilizar-se por qualquer outro evento que possa ocorrer, que não foram especificados no Termo de Referência e que não serão cobertos pela apólice de seguro.

12.3. Responsabilizar-se por todos os atos de direção e condução dos veículos dos seus profissionais.

12.4. Fornecer à CONTRATADA todas as informações necessárias em relação aos veículos.

12.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

13.1. Emitir Apólice condizente com as especificações, riscos cobertos e demais exigências contidas neste Termo de Referência e entregar à Contratante a(s) Apólices (s) de Seguro no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato;

13.2. Comunicar qualquer discordância ou mudanças no veículo antes, durante e após a prestação dos serviços de consertos ou reparos, que apresentem ressalvas para condições de utilização.

13.3. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços prestados por concessionária e ou fabricante, nos termos da legislação vigente, quando do objeto da cobertura.

13.4. Exercer controle sobre a pontualidade dos serviços de conserto ou reparos.

13.5. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE quanto à execução dos serviços contratados.

13.6. Ressarcir eventuais prejuízos causados ao órgão e ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados ou prepostos na execução dos serviços contratados;

13.7. Emitir a apólice de seguro no prazo máximo de 30 (trinta) dias da assinatura do Contrato;

13.8. Obedecer todas as condições gerais contidas nas normas da SUSEP e do Código Civil e Lei 8.666/93;

13.9. Manter sigilo sobre quaisquer dados, informações ou documentos, da SEGURADA, de que venha a ter conhecimento ou que lhe venham a ser confiados, não podendo sob qualquer pretexto, divulgá-los, revelá-los ou reproduzi-los, sob as penas da lei;

13.10. Apresentar mensalmente à SEGURADA planilha contendo a relação completa de todos os processos de sinistros avisados na SEGURADORA. Da citada planilha deverão constar: Nº do protocolo do sinistro na SEGURADORA, Nº da Apólice, data da ocorrência, descrição, local, valor estimado para indenização ou valor reclamado, data da indenização, valor indenizado e situação atual do sinistro;

13.11. Tomar todas as providências necessárias relativas aos sinistros comunicados pela SEGURADA, no sentido de vistoriar, liberar, regular e liquidar o bem sinistrado, sob pena de ser responsabilizada pelo agravamento do estado e dimensão do evento, bem como, por todas as despesas e encargos advindos diretamente de tal delonga, inclusive lucros cessantes;

13.12. Em caso de sinistro, depois de atendida a exigência documental para habilitação ao recebimento da indenização, a SEGURADORA, após obter, se cabível ao caso, a concordância da autoridade securitária competente terá um prazo de 30 (trinta) dias corridos para efetuar o pagamento da respectiva indenização, sob pena de, transcorrido esse período, sujeitar-se ao pagamento da indenização corrigida monetariamente de acordo com a variação do índice ou título oficial determinado pelo Governo Federal verificada no período compreendido entre a data da ocorrência do sinistro e aquela prevista para o pagamento integral da indenização;



13.13. CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia durante 07 (sete) dias da semana, Central de Comunicação para Aviso de Sinistro:

a) A Central poderá funcionar por e-mail, telefone, fax ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

13.14. Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a CONTRATADA terá, no máximo, 05 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado;

13.15. Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 03 (três) horas após o aviso de sinistro;

#### **14. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

14.1. Caberá a Fiscalização atestar os serviços que forem efetivamente executados e aprovados.

14.2. A Fiscalização poderá impugnar qualquer material/acessórios fornecidos ou serviço executado pela Contratada, quando em desacordo com as especificações do Contrato.

14.3. A falta de fiscalização da Contratante em hipótese alguma eximirá a Contratada de suas responsabilidades decorrentes do Contrato.

14.4. A sistemática operacional de execução dos serviços deverá ser submetida a fiscalização da SEMUS, devendo serem acatadas as alterações ou sugestões da referida fiscalização.

14.5. Não serão permitidos modificações ou acréscimos aos serviços contratados sem o prévio consentimento da fiscalização, devendo previamente a Contratada, de posse das informações fornecidas pela SEMUS, estudá-las e confrontá-las durante a execução dos serviços com a realidade existente, sendo que as dúvidas surgidas nesta confrontação serão esclarecidas pela fiscalização.

14.6. Quando a Fiscalização da SEMUS solicitar a correção das deficiências, as mesmas deverão ser corrigidas imediatamente, sendo executados no prazo estabelecido pela Fiscalização.

14.7. Os ônus decorrentes das despesas de fiscalização quanto ao cumprimento das cláusulas contratuais por parte da administração das Unidades, serão de responsabilidade da referida administração.

#### **15. MODALIDADE LICITATORIA**

15.1. No presente Termo de Referência, seu objeto fica enquadrado na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002, subsidiada pela Lei Federal nº 8.666/93. Escolha da modalidade pelo meio eletrônico de acordo com o Decreto Municipal 11.250/2018, do tipo menor Global.

15.2. Será considerada vencedora, a empresa capaz de atender o conceito do menor preço quanto à realização do Objeto.

#### **16. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

16.1. O pagamento será em até 30 (trinta) dias, sendo encaminhado o pagamento mediante a apresentação da Autorização do Serviço, Nota de Empenho emitida pela SEMUS e Nota Fiscal emitida pela Contratada, que necessariamente será confirmada e atestada por 03 (três) servidores nomeados, conforme determina o Decreto Municipal nº 10.696 de 2016.

16.2. A solicitação de pagamento deverá ser autuada na SEMUS, observando os requisitos dispostos no Decreto Municipal nº 10.696/2016.

16.3. A contratada deverá apresentar a documentação exigida no Decreto Municipal nº 10.696/2016, que versa sobre os procedimentos de pagamento no âmbito do Município.



## 17. REAJUSTE

17.1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

17.8 No caso de prorrogação, a Contratada deverá ampliar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus, de acordo com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

## 18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

18.1. A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, sujeita a licitante vencedora, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso;

c) multa de 5% (cinco por cento) incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);

d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da CONTRATADA;

e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo máximo de 02 anos;

f) declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “e”, observando quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal 10.520/2002.

A imposição de multa até o valor de 250 UFIR's é de competência do Secretário Municipal titular da pasta, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência do Prefeito Municipal, segundo o § 5º do art.51 do Decreto Municipal 10.662/2016.



## 19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. É vedada a participação de corretoras de seguro;

19.2. A sociedade empresária participante do certame licitatório deverá formalizar, por escrito, que suas propostas não contemplam custos, taxas, comissionamentos ou qualquer outro tipo de custo de intermediação de corretora,

19.3. Os procedimentos e dúvidas suscitadas terão como diretriz o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, no Decreto Municipal 10.662/16 e Decreto Municipal nº 11.250/18/18, no que couber.

Nova Iguaçu, 29 de Dezembro de 2022.





ANEXO I-A  
RELAÇÃO DE VEÍCULOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO									
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Seguro Total (cobertura compreensiva), com assistência 24 horas para os veículos que compõem a frota da Secretaria Municipal de Saúde e do Samu-192 do Município de Nova Iguaçu, contendo 67 (SESSENTA E SETE) veículos com formalização de contrato e vigência da apólice imediata, COMPREENDENDO:									
SUBITEM	PLACAS	TIPO	MARCA	MOD	ANO/MOD	CHASSI	COMBUST.	VR MERC	FRANQUIA	LOTAÇÃO
1.1	LUA 3B78	AMBULANCIA	MERCEDES BENZ	SPRINTER	2019/2019	8AC906633KE172444	DIESEL			SAMU
1.2	LUK 3I89	AMBULANCIA	MERCEDES BENZ	SPRINTER	2019/2019	8AC906633KE172519	DIESEL			SAMU
1.3	LUB 8E21	AMBULANCIA	MERCEDES BENZ	SPRINTER	2018/2019	8AC906633KE165678	DIESEL			SAMU
1.4	LVE 3H57	AMBULANCIA	MERCEDES BENZ	SPRINTER	2019/2019	8AC906633KE172370	DIESEL			SAMU
1.5	RKN 1C57	AMBULANCIA	MERCEDES BENZ	SPRINTER	2019/2020	8AC907643LE183368	DIESEL			SAMU
1.6	LMW 9A44	AMBULANCIA	MERCEDES BENZ	SPRINTER	2018/2019	8AC906633KE165463	DIESEL			SAMU
1.7	LMW 9A71	AMBULANCIA	MERCEDES BENZ	SPRINTER	2018/2019	8AC906633KE165759	DIESEL			SAMU
1.8	LMW 9A62	AMBULANCIA	MERCEDES BENZ	SPRINTER	2018/2019	8AC906633KE165755	DIESEL			SAMU
1.9	LTK 1268	AMBULANCIA	MERCEDES BENZ	SPRINTER	2017/2018	8AC906633JE141376	DIESEL			SAMU
1.10	LMM 8424	AMBULANCIA	MERCEDES BENZ	SPRINTER	2017/2018	8AC906633JE136975	DIESEL			SAMU
1.11	LTK 1272	AMBULANCIA	MERCEDES BENZ	SPRINTER	2017/2018	8AC906633JE141313	DIESEL			SEMUS
1.12	LMM7882	AMBULANCIA	MERCEDES BENZ	SPRINTER	2017/2018	8AC906633JE136974	DIESEL			SEMUS
1.13	PAR 9J14	AMBULANCIA	RENAULT	MASTER	2015/2016	93YMAFELRGJ98508 5	DIESEL			SEMUS
1.14	RKL0174	AMBULANCIA	RENAULT	MASTER	2019/2020	93YMAFEXALJ06407 3	DIESEL			SEMUS
1.15	PAR 9915	AMBULANCIA	RENAULT	MASTER	2015/2016	93YMAFELRGJ98508 6	DIESEL			SEMUS
1.16	RJWOG74	AMBULANCIA	RENAULT	MASTER	2019/2020	93YMAFEXALJ14532 9	DIESEL			SEMUS



1.17	LRB 8330	AMBULANCIA	CITROEN	JUMPER	2012/2013	935ZCWMNCD2106115	DIESEL			SEMUS
1.18	LLY 4832	AMBULANCIA	CITROEN	JUMPER	2012/2013	935ZCWMNCD2102458	DIESEL			SEMUS
1.19	LQZ 7039	AMBULANCIA	CITROEN	JUMPER	2012/2013	935ZCWMNCD2102156	DIESEL			SEMUS
1.20	KNX 4193	AMBULANCIA	RENAULT	MASTER	2010/2010	93YADCUEH6AJ427495	DIESEL			SEMUS
1.21	KWY 9166	AMBULANCIA	RENAULT	KANGOO	2015/2016	8A1FC1605GL858692	FLEX			SEMUS
1.22	LMN 2963	AMBULANCIA	RENAULT	MASTER	2012/2013	8AFAR21J7DJ068446	DIESEL			SEMUS
1.23	RKL0184	AMBULANCIA	RENAULT	MASTER	2020/2021	93YMAFEXAMJ438825	DIESEL			SEMUS
1.24	RJG0118	AMBULANCIA	RENAULT	MASTER	2020/2021	93YMAFEXAMJ444249	DIESEL			SEMUS
1.25	KPX 4948	AMBULANCIA	PEUGEOT	BOXER	2013/2014	936ZCWMNCE2125886	DIESEL			SEMUS
1.26	RJU0J98	PASSAGEIRO	RENAULT	MASTER	2019/2020	93YMAFEXCLJ232641	DIESEL			SEMUS
1.27	LSI 6759	PASSEIO	NISSAN	MARCH	2015/2016	94DFCUK13GB102749	FLEX			SEMUS
1.28	LLY8492	PASSEIO	NISSAN	LIVINA	2013/2014	94DJBAL10EJ926472	FLEX			CONSELH O
1.29	RJC 0H00	PASSEIO	VW	VOYAGE	2015/2015	9BWDB4SU4FT101554	FLEX			SEMUS
1.30	RIX 1G27	PASSEIO	VW	VOYAGE	2015/2015	9BWDB4SU8FT101797	FLEX			SEMUS
1.31	LSI 4123	PASSEIO	NISSAN	VERSA	2015	94DBCAN17GB111330	FLEX			CVA
1.32	LSI 4890	PASSEIO	NISSAN	VERSA	2015	94DBCAN17GB111588	FLEX			CVA
1.33	LSI 4891	PASSEIO	NISSAN	VERSA	2015	94DBCAN17GB111771	FLEX			CVA
1.34	LMZ 4I42	PASSEIO	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	2019/2020	93YRBB001LJ996386	FLEX			SEMUS
1.35	JEF7861	PASSEIO	VW	KOMBI	2008/2008	9BWGF07X48P019515	GASOLINA			CVA
1.36	LMZ 4I43	PASSEIO	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	2019/2020	93YRBB00BLJ996398	FLEX			SEMUS
1.37	LUL 8H34	PASSEIO	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	2019/2020	93YRBB006LJ996495	FLEX			SEMUS
1.38	LMY 6D14	PASSEIO	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	2019/2020	93YRBB00XLJ996421	FLEX			SEMUS
1.39	LUF 8G67	PASSEIO	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	2019/2020	93YRBB006LJ996450	FLEX			SEMUS



1.40	LTU 5F88	PASSEIO	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	2019/2020	93YRBB007LJ996411	FLEX			SEMUS
1.41	LUH 8E71	PASSEIO	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	2019/2020	93YRBB002LJ996350	FLEX			SEMUS
1.42	LUG 1H65	PASSEIO	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	2019/2020	93YRBB005LJ996472	FLEX			SEMUS
1.43	LTV 8D90	PASSEIO	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	2019/2020	93YRBB002LJ996364	FLEX			SEMUS
1.44	LTU 2A83	PASSEIO	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	2019/2020	93YRBB007LJ996425	FLEX			SEMUS
1.45	LAA 0G30	PASSEIO	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	2019/2020	93YRBB002LJ996364	FLEX			SEMUS
1.46	LUK 1I23	PASSEIO	RENAULT	KWID ZEN 10 MT	2019/2020	93YRBB004LJ996446	FLEX			SEMUS
1.47	KOL 5931	UTILITARIO	MITSUBISHI MOTORS	CAMINHONETE	2011/2012	93XPNK740CCB8189 3	DIESEL			SEMUS
1.48	JFO 9128	UTILITARIO	GM	CAMINHONETE	2005/2005	9BG138GC05C42270 4	DIESEL			SEMUS
1.49	JFO 9218	UTILITARIO	GM	CAMINHONETE	2005/2005	9BG138GC05C42258 5	DIESEL			SEMUS
1.50	LBB 7782	PASSEIO	MERCEDES BENZ	ÔNIBUS	1996	9BM3840887TB09742 1	DIESEL			SEMUS
1.51	LRJ 3C90	PASSEIO	VW/MASCA GRANVIA	ÔNIBUS	2018/2019	9532G82W1KR91435 3	DIESEL			SEMUS
1.52	LTO 7C87	PASSEIO	VW/MASCA GRANVIA	ÔNIBUS	2018/2019	9532G82WXKR91434 9	DIESEL			SEMUS
1.53	LRJ 3C91	PASSEIO	VW/MASCA GRANVIA	ÔNIBUS	2018/2019	9532G82W2KR91434 5	DIESEL			SEMUS
1.54	KZO 9178	PASSEIO	VW/MASCA GRANVIA	ÔNIBUS	2018/2019	9532G82W9KR91420 0	DIESEL			SEMUS
1.55	LRJ 3C89	PASSEIO	VW/MASCA GRANVIA	ÔNIBUS	2018/2019	9532G82WOKR91435 8	DIESEL			SEMUS
1.56		PASSEIO	FIAT	CRONOS DRIVE	2022/2022	8AP359AFDNU20707 1	FLEX			VIG.SAUDE
1.57		PASSEIO	FIAT	CRONOS DRIVE	2022/2022	8AP359AFDNU20662 1	FLEX			VIG.SAUDE
1.58		PASSEIO	FIAT	CRONOS DRIVE	2022/2022	8AP359AFDNU20637 2	FLEX			VIG.SAUDE
1.59		PASSEIO	FIAT	CRONOS DRIVE	2022/2022	8AP359AFDNU20716 2	FLEX			VIG.SAUDE
1.60		PASSEIO	FIAT	CRONOS DRIVE	2022/2022	8AP359AFDNU20709 3	FLEX			VIG.SAUDE
1.61		PASSEIO	FIAT	CRONOS DRIVE	2022/2022	8AP359AFDNU20717 6	FLEX			VIG.SAUDE
1.62		PASSEIO	FIAT	CRONOS DRIVE	2022/2022	8AP359AFDNU20769 4	FLEX			VIG.SAUDE



1.63		PASSEIO	FIAT	CRONOS DRIVE	2022/2022	8AP359AFDNU20743 5	FLEX			VIG.SAUDE
1.64		PASSEIO	FIAT	CRONOS DRIVE	2022/2022	8AP359AFDNU20304 2	FLEX			VIG.SAUDE
1.65		PASSEIO	HYUNDAI	NEW HB20	2022/2022	9BHCHN51AANP27864 8	FLEX			AT. BASICA
1.66		PASSEIO	HYUNDAI	NEW HB20	2022/2022	9BHCU51AANP27430 9	FLEX			AT.BASICA
1.67		PASSEIO	HYUNDAI	NEW HB20	2022/2022	9BHCHN51AANP27986 9	FLEX			AT.BASICA



ANEXO I-B

RELAÇÃO DE ENDEREÇOS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA IGUAÇU

ITEM	UNIDADE	ENDEREÇO
01	Sede/Superintendência de Transportes	Rua Antonio Wilman, 230 - Centro, Nova Iguaçu/RJ
02	Base do SAMU-192	Av . Luiz de Matos, 72 – Bairro da Luz – Nova Iguaçu -RJ
03	Vigilancia Epidemiologia	Av. Gov. Amaral Peixoto, 806 - Centro, Nova Iguaçu/RJ